



**Groupe d'Économie
Solidaire du Québec**

A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA : UMA PERSPECTIVA NORTE-SUL

**Segundo Encontro Internacional sobre a Globalização da Solideriedade
Realizado de 9 a 12 de outubro de 2001 em Quebec**

Síntese e conclusões



**Quebec – Canadá
2002**

*Groupe d'économie solidaire du Québec (GESQ)
71, De Ramezay
Sorel-Tracy (Quebec) J3P 3Z1*

*courriel : renelachapelle@sympatico.ca
www.uqo.ca/ries2001*

Concepção e redação : Louis Favreau, René Lachapelle et Jean-Frédéric Lemay

Fotos : Gunther Gamper

Edição:

Groupe d'économie solidaire du Québec (GESQ)

71 rue De Ramesay, Sorel-Tracy, Quebec, Canadá, J3P 3Z1

Tel. (450) 7467921 #5224

Correio eletrônico : renelachapelle@sympatico.ca

Site web : www.uqo.ca/ries2001

Distribuição (Canadá e outros países) :

Chaire de recherche en développement des collectivités (CRDC)

Universidade do Quebec em Outaouais (UQO)

283 boul. Taché, Gatineau, ,Quebec, Canadá, J8X-3X7

Correio eletrônico : crdc@uqo.ca

Cette version électronique du Rapport synthèse de la Rencontre de Québec est antérieure à la correction des épreuves. La version imprimée est donc la version référence.

PARA NOS CONTACTAR :

GROUPE D'ÉCONOMIE SOLIDAIRE DU QUEBEC (GESQ)

71 rue De Ramesay, Sorel-Tracy, Quebec, Canada, J3P 3Z1

Tel. (450) 7467921 #5224

Correio eletrônico : renelachapelle@sympatico.ca

Site web : www.uqo.ca/ries2001

ISBN : 2-9807918-0-6

TÁBUA DE MATÉRIAS

1. Apresentação por Gérald Larose, presidente do Groupe d'économie solidaire du Québec (GESQ) grupo organizador do 2º Encontro Internacional	p. 5
2. <i>Resistir e construir</i> , uma análise da conjuntura internacional	p. 7
3. Economia social e solidária e mundialização - as mesas-redondas	p.17
3.1. <i>A economia social e solidária : uma outra mundialização</i> (p.17)	
3.2. <i>A economia social e solidária : democratizar o desenvolvimento</i> (p.27)	
3.3. <i>A economia social e solidária e os movimentos sociais</i> (p.34)	
4. Desafios e prioridades identificados em ateliês e revisados em plenária	p.41
5. Declarações dos movimentos	p.52
5.1. <i>Homens e mulheres vivendo da agricultura</i> (p.52)	
5.2. <i>Participantes provenientes do movimento sindical</i> (p.54)	
5.3. <i>O caucus das mulheres</i> (p.56)	
Testemunhos dos representantes políticos e dos representantes de grandes organizações no 2º Encontro Internacional de Quebec	p.58

1. APRESENTAÇÃO



Na qualidade de presidente do *Groupe d'économie solidaire du Québec* (GESQ), alegro-me em oferecer-lhes este relatório-síntese do 2º Encontro Internacional, realizado em Quebec, em outubro de 2001, juntamente com o *Grupo Red de Economia Solidária de Pérou* (GRESA), organizador do 1º Encontro, o *Inter-réseaux de l'économie solidaire* (IRES) da França, e o Instituto Fundamental da África Negra (IFAN) do Senegal.

Desejamos que este documento veicule as grandes linhas dos intercâmbios realizados durante o Encontro de Quebec, contribuindo assim, através das atas que estamos preparando, à transmissão do encargo aos camaradas africanos que aceitaram organizar o 3º Encontro em Dacar, em 2005.

A dinâmica Lima-Quebec-Dacar não é a única a preparar uma mundialização alternativa àquela que o neoliberalismo nos impõe. Acreditamos, no entanto, que nos empenhando na alternância Norte-Sul e no revezamento dos continentes, estamos oferecendo uma contribuição particular e complementar.

O Encontro de Quebec foi marcado pela recusa bem clara de muitos em se reunir numa situação constrangedora ou sob uma direção política unitária. Eles desejam trocas onde se manifeste o caráter pluralista da economia solidária e seu enraizamento nas realidades e culturas diferentes. No entanto, o encontro permitiu a instituição de uma Comissão Internacional de Ligação, constituída de entidades do continente, responsável por fazer circular informações, colocar em contato as diversas redes e preparar a participação nos intercâmbios do 3º Encontro Internacional em Dacar, em 2005.

Como quebequenses, temos orgulho de estarmos associados às iniciativas latino-americanas nesta dinâmica, tanto no Encontro de Lima quanto na conferência sobre a economia solidária realizada durante o 2º Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Damos igualmente uma grande importância às dinâmicas européias que emergem em conjunturas socioeconômicas muito próximas das nossas.

Mas nosso maior orgulho é o de transferir a nova etapa para a África, onde as questões de desenvolvimento têm caráter de urgência. Esperamos sinceramente que a preparação de Dacar 2005 seja a

oportunidade para estreitar nossos elos com os agentes africanos do desenvolvimento solidário e favorecer a entrada em rede desses na escala do continente africano.

Decidimos publicar este relatório-síntese para fazer dele um instrumento nas diligências da globalização da solidariedade. Reservamos às atas, cuja publicação está prevista para o início de 2003, a difusão de todos os textos e documentos do 2º Encontro. É possível desde agora consultar uma boa parte no site internet do GESQ (www.uqo.ca/ries2001)

Este documento é o mais modesto e o mais ambicioso também. Ele possui quatro partes : a apresentação de um documento de análise da conjuntura internacional oferecido aos participantes pelo GESQ; uma ata das três mesas-redondas que ocuparam as manhãs dos quatro dias de trabalhos; um resumo dos trabalhos realizados nas trinta e uma (31) oficinas de troca de experiências; os documentos produzidos pelos movimentos durante o Encontro (as declarações do caucus das mulheres, do movimento sindical e dos agricultores), assim como o Documento Final do Encontro de Quebec que estabeleceu os desafios identificados como tarefas prioritárias para a consolidação e o desenvolvimento da economia social e solidária nos diferentes continentes onde nos fazemos presentes.

Desejamos que este documento seja considerado como uma primeira etapa que nós oferecemos à Comissão Internacional de Ligação e a nossos camaradas africanos, responsáveis pela realização do próximo encontro internacional.

Gérald Larose, presidente do GESQ
Montreal, outono de 2002

2. RESISTIR E CONSTRUIR

Uma análise da conjuntura internacional

Organizado como um prolongamento do Encontro de Lima (1997), o 2º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade inscreve-se numa dupla vontade de mostrar e apoiar a emergência de novas práticas de economia social e solidária, e de contribuir para o desenvolvimento de alternativas para estratégias neoliberais de gestão da mundialização. O *Groupe d'économie solidaire du Québec* (GESQ) propôs, durante a preparação do evento, um texto da análise da conjuntura, intitulado *Resistir e construir*, do qual nós retomamos aqui as grandes linhas para estabelecer a perspectiva na qual os debates se realizaram. A versão integral pode ser consultada no site do Encontro.¹

A economia social e solidária: práticas em emergência

A economia social e solidária está no centro de um debate de sociedade no Québec e em todo o mundo. Em qualquer lugar e em diversos graus, as iniciativas de economia social e solidária tomam forma. Estas iniciativas propõem, como reza a declaração de Lima, transformar a economia informal e popular em economia de direito comum, e de reconhecer o trabalho de reprodução social, assumido principalmente pelas mulheres e necessário para o funcionamento da economia.

A economia social e solidária designa um conjunto de atividades econômicas de fundo social que contribuem para a construção de uma nova maneira de viver e pensar a economia, através de dezenas de milhares de projetos nos países do Norte e do Sul. Os encontros de Lima (1997) e de Quebec (2001) retiveram a definição que afirma que a economia social e solidária

...coloca a pessoa no centro do desenvolvimento econômico e social. A solidariedade em economia pertence a um projeto econômico, político e social, que dá início a uma nova maneira de fazer política e de estabelecer relações humanas sobre uma base de consenso e do agir cidadão. (Declaração de Lima, 1997)¹

Esta definição remete a um conjunto de práticas extremamente diversificadas, mas que têm em comum

- a) unir uma atividade produtiva e a satisfação das necessidades das populações, respondendo prioritariamente às necessidades sociais muito mais que ao rendimento do capital;

¹ <http://www.uqo.ca/ries2001>

- b) produzir bens ou serviços que façam com que as populações ou seus segmentos contribuam no seio das coletividades e nas redes sociais de base, principalmente no que concerne a participação de homens e mulheres;
- c) constituir, em escala regional, nacional e internacional, redes do tipo associativo (comunitário), organizadas sobre bases de concertação econômica e de cooperação, muito mais que de decisão e de controle;
- d) contribuir para a emergência de novas regras econômicas e sociais, ou seja, de modos coletivos e democráticos de gestão de empresas e do desenvolvimento.

A economia social e solidária engloba todas as atividades que funcionam baseadas nos seguintes princípios :

- a) uma propriedade indivisível;
- b) a divisão de riquezas em função das pessoas e não do capital;
- c) a liberdade de adesão e a gestão democrática;
- d) a autonomia de decisão e gestão relativamente ao Estado.

Ela compreende também as atividades de micro ou pequenas empresas que, sendo propriedades privadas, inscrevem-se nas relações sociais ou na estrutura coletiva de desenvolvimento de coletividades locais ou regionais.

Nenhum setor é estranho às iniciativas de economia social e solidária. Tais iniciativas evoluem bem tanto em centros urbanos quanto no meio rural e, de formas muito variadas, também nos setores informal e formal. Suas atividades, lucrativas ou não, podem se referir ao conjunto de um vilarejo ou de um quarteirão, ou unicamente a um grupo específico, como mulheres, jovens, comerciantes, agricultores, artesãos, etc. Elas podem ter um status de associação, de companhia mutualista ou de cooperativa, mas, não raro, nada possuem: são formadas por aqueles que contribuem com o trabalho muito mais que com capital, e que investem em grupo contando com a cooperação das partes envolvidas.

Os exemplos seguintes ilustram o que são estas organizações, geralmente nascidas de iniciativas da sociedade civil, em diferentes setores da economia :

1. criação ou manutenção de empregos nos canteiros de produção na América Latina, grupos de artesãos do Oeste Africano, empresas de inserção na Europa e no Quebec;
2. desenvolvimento agroalimentar pelos grupos agrícolas, cooperativas e sindicatos de produtores agrícolas;

3. comercialização de produtos e implementos agrícolas pelos armazéns locais e bancos de cereais, sistemas coletivos de apresentação no mercado;
4. atividades culturais desenvolvidas pelos grupos de teatro, cooperativas artísticas, empresas de comercialização de produtos artesanais, escolas de formação em artes da rua ou outras formas de produção artística;
5. comercialização coletiva do artesanato pelas associações femininas de artesanato na Índia, grupos de artesãos na América Andina, comércio igualitário entre o Norte e o Sul;
6. poupança e crédito solidário nas associações na África e na Ásia; cooperativas de poupança e crédito e caixas agrícolas na África de língua francesa; os *credit unions* nos países de língua inglesa; os sistemas de crédito solidário do tipo *Grameen Bank* na Ásia, na África e na América Latina; as cooperativas financeiras nos países da Europa e da América do Norte;
7. serviços de saúde nas casas e associações de saúde na África ; cooperativas de saúde na América Latina; os sistemas mútuos na Europa e na América do Norte;
8. proteção coletiva do meio ambiente pelas associações de reflorestamento; recuperadoras, recicladoras e outras empresas sociais de recuperação e reciclagem no Norte e no Sul;
9. mutirão coletivo realizado pelas associações e cooperativas de construção na América Latina e associações de bairro na África, cooperativas habitacionais nos países do Norte;
10. segurança alimentar assumida pelas cozinhas coletivas e hortas comunitárias na América Latina, no Quebec;
11. associações e organizações locais de desenvolvimento no meio rural e urbano;
12. etc.

Assim, a economia social e solidária é um conceito que engloba uma enorme variedade de iniciativas. Ela se baseia na igualdade e constitui, nesse sentido, uma ação contra a exclusão, o sexismo e o racismo. Ela se apóia em políticas públicas favoráveis e contribui para a democratização dos Estados.

A economia social e solidária participa de uma economia pluralista e questiona as formas tradicionais de abordar o desenvolvimento, que privilegiam o «tudo pelo privado» ou o «tudo pelo público». O mercado e o Estado não são os únicos pólos que regem o desenvolvimento. A economia social e solidária acrescenta o encargo da sociedade civil numa perspectiva de interesse coletivo. O reconhecimento da contribuição da sociedade civil para o desenvolvimento econômico e social nos situa numa perspectiva de economia plural, que coloca o econômico a serviço do social, promovendo uma economia «com o mercado», muito mais que uma economia «de mercado».

Num contexto de atualização e remodelagem do papel e das intervenções do Estado, a sociedade civil contribui para sua ação na economia social e solidária, através da perenização, da extensão de uma propriedade coletiva de instrumento de desenvolvimento, assim como a proteção do bem comum e do interesse coletivo.

A economia social e solidária permite definir e promover o interesse coletivo sem uni-lo ao setor público. Ela é uma alternativa para a empresa privada nos setores de atividades que não devem ser submetidos ao mercantilismo e nos quais o Estado, assumindo suas responsabilidades de regulamentação e de redistribuição, não intervém diretamente na repartição de serviços. Neste terreno, a economia social e solidária e o setor público não competem. Bem estruturados, eles se reforçam mutuamente e trabalham juntos pelo bem comum e o interesse coletivo.

Em função de sua atividade em outros setores lucrativos de utilidade social, a economia social e solidária vai aos poucos tomando seu lugar no mercado. Em todos os lugares, a situação permanece inalterada : garantir, num contexto de mundialização dos mercados, a manutenção da propriedade coletiva dos recursos e o controle para responder às necessidades das coletividades.

O primeiro desenvolvimento : uma situação no Norte e no Sul

A economia social e solidária é um conceito capaz de associar diversas iniciativas. Seu sucesso depende, acima de tudo, da força propulsora que lhe fornecem os movimentos sociais (associativo, de mulheres, sindical, ecológico, de jovens) e, em menor escala, da perspectiva ocasionada por um projeto de sociedade, uma perspectiva de desenvolvimento.

Os movimentos sociais internacionais passam um período de reconstrução. Novos agentes têm aparecido ao lado de partidos políticos de esquerda, das organizações sindicais e das grandes instituições de economia social. Depois da explosão de grandes projetos políticos alternativos, o conceito de desenvolvimento nos direciona para um projeto social mobilizador. A luta pela noção de desenvolvimento traz à tona a necessidade de reafirmar a primazia da sociedade sobre a economia e, portanto, de enfrentar a exclusão social, de priorizar o emprego para todos e de criar novas formas de regulamentação sociopolítica.

Pode-se sintetizar a idéia atual de desenvolvimento da seguinte forma : 1) o social deve estar no posto de comando; 2) a economia deve ser considerada pelo que ela é, um instrumento e não um fim desenvolvimentista; 3) o meio deve se constituir numa nova condição nas escolhas econômicas operantes;

4) certas prioridades se impõem e devem ter continuidade simultânea, principalmente no que se refere ao emprego, à construção de instituições democráticas e à divisão da riqueza.

Inúmeras organizações não-governamentais (ONGs) do Norte e do Sul estão engajadas na implantação deste conceito de desenvolvimento, instituindo alguns critérios para apoiar ou animar projetos. Elas contam com grupos que promovem a democracia e com os projetos que apóiam organizações populares, que favorecem a promoção coletiva das mulheres, capazes de suscitar alternativas econômicas e criar uma gestão popular do meio ambiente.

Nas sociedades do Sul, o primeiro desenvolvimento foi ignorado e considerado como um obstáculo. O primeiro desenvolvimento é aquele que prima por uma economia de base, uma economia popular que faz concessões aos sistemas locais de troca nos mercados urbanos, nas pequenas lojas de artesanato, assim como nos pequenos ateliês de produção. Este todo forma as bases indispensáveis sem as quais o desenvolvimento em outra escala torna-se impossível. Várias iniciativas de desenvolvimento local e de economia social trabalham pelo reforço deste primeiro desenvolvimento, provando desta forma que ele é possível. As sociedades industriais nascidas na Europa no século passado não foram construídas, durante duzentos anos, no cadinho desta economia de base?

No Norte e no Sul, este primeiro desenvolvimento é o fundamento incontornável de um desenvolvimento moderno, urbano, industrial e terciário, pois ele instaura ou recupera um mercado interior. Estamos vivendo um período de mundialização do capitalismo, e as economias emergentes do Sul não podem exercer a economia de certas condições de desenvolvimento : intervenção do Estado, sociedades civis fortes, sistemas locais de trocas, presença de governos locais, meio favorável ao empresariado, empresas e organizações de economia social.

A mundialização, um fato real

A mundialização é um conceito bem presente na atualidade, mas é sobretudo uma realidade que nos une diariamente em nossas realidades locais. A atividade industrial está bem integrada em escala continental e mundial de tal forma que mesmo as pequenas e médias empresas enfrentam às imposições das grandes empresas integradoras. Estas últimas são as únicas capazes de produzir atualmente os sistemas complexos e informatizados que, das naves espaciais ao transporte rodoviário, tornam possível a produção e sua posterior distribuição. A agricultura entrou nesta era de industrialização e mercantilização numa escala planetária : a produção de víveres cede a vez às redes integradas de produção-consumo, ameaçando até mesmo a diversidade biológica. Com o advento de novas tecnologias, os serviços e a cultura fazem parte atualmente dos artifícios do comércio mundial.

A gestão da mundialização é feita atualmente em função de determinações do neoliberalismo dominante. Porém, este fato não deve nos fazer esquecer a emergência de contrapoderes animados por projetos alternativos. Não deve nos fazer perder de vista a perspectiva de uma mundialização ajustada aos desafios que o neoliberalismo é incapaz de considerar.

a) A versão neoliberal dominante

As multinacionais, uma quinzena de Estados e três grandes instituições econômicas internacionais — o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) — detêm para todos os fins práticos o poder econômico mundial. Aproximadamente 60 000 sociedades multinacionais dispõem de 500 000 filiais no mundo e são responsáveis por mais de um quarto da produção mundial. Do ponto de vista político, uma quinzena dentre os 200 Estados do mundo, tendo os Estados Unidos como líder, exercem a hegemonia na gestão da ordem mundial. Por fim, ainda há milhares de agências e organizações internacionais, a maioria delas vinculadas à ONU, que dominam o cenário — o que nem sempre foi o caso — entre elas salientando-se o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

As grandes tendências atuais são a não-regulamentação mundial, o enorme e crescente empobrecimento, a negação da contribuição das mulheres à reprodução social e as ameaças ao equilíbrio ecológico do planeta.

b) Os contrapoderes emergentes

Hoje em dia, estamos mais conscientes do desafio da não-regulamentação. No cenário público internacional, o desmoronamento de economias nacionais, no México em 1994, nos países do Leste em 1997, na Ásia em 1998 e na Argentina em 2001, deixaram claro que a mundialização econômica neoliberal favorece o desencadeamento das finanças, cujas seqüelas, no Sul, só aumentam. O maior desafio é o de controlar a economia mundializada. A economia social e solidária oferece, e pode oferecer, em diferentes áreas (emprego, cultura, lazer, saúde e serviços sociais, hábitat...), alternativas à mercantilização da sociedade.

O segundo desafio, o empobrecimento, principalmente no Sul, nos leva a pensar numa economia informal e no subemprego, tanto em meio urbano quanto rural. Para os dirigentes, artesãos e militantes de movimentos sociais e para os portadores de projetos de cooperação internacional, a economia social e solidária é a ponta de lança na batalha por emprego, renovação do trabalho e proteção social.

O terceiro desafio é o do reconhecimento do trabalho das mulheres, sua contribuição para a criação da riqueza e do bem-estar de nossas sociedades. Este reconhecimento é recusado na medida em que não se considera a produção doméstica que representa, dependendo do país, 30 %, 40 %, às vezes até 50 % do produto interno bruto (PIB). A economia social, ao contrário, procura contribuir para este reconhecimento.

Finalmente, o quarto e igualmente vital desafio é a ameaça ecológica que paira sobre o planeta, bem mais explícita após a publicação do Relatório Bruntland (*Nosso futuro comum*) em 1987 e, principalmente, depois da Cúpula do Rio de Janeiro em 1992. Tal ameaça faz com que várias movimentos e grandes organizações internacionais questionem, às vezes de forma radical, nossos modelos de produção e consumo.

A mundialização neoliberal da economia impede o desenvolvimento de novas instituições de regulamentação no plano político, da mesma forma que oprime a busca de sentido e identidade presentes nas aspirações dos povos. Neste contexto, as sociedades e os movimentos sociais que os acompanham entram numa fase de mutação. Pelo intermédio de dezenas de milhares de projetos, assistimos a uma nova vitalidade do associativo no Norte e a um ressurgimento da sociedade civil no Sul, que demonstram a aspiração por um outro tipo de mundialização.

As dinâmicas mundiais devem contar com estas forças sociais independentes dos Estados, da grande empresa privada e das grandes organizações econômicas da ONU. Nos últimos dez anos, as forças mais significativas têm sido os ecologistas, as organizações femininas, as associações de direitos sociais e alguns sindicatos. Estas forças sociais podem geralmente contar com organizações internacionais ligadas à ONU, cujo caráter social é mais evidente, e cuja abertura às estratégias de economia social e solidária é igualmente presente. Este é exatamente o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

c) As alternativas : conflito e cooperação nas questões internacionais

Para ampliar o comentário, duas visões de desenvolvimento dividem o cenário. De um lado, há os agentes que iniciaram o processo da mundialização neoliberal : as novas levas de funcionários e diretores de grandes empresas públicas e privadas. De outro, os novos agentes populares, apoiados por interventores, trabalhando nas ONGs, crescendo no seio de movimentos, de novas instâncias de desenvolvimento local e nas organizações e empresas de economia social e solidária.

Para os primeiros, a economia exige um tratamento de juventude através da privatização de empresas públicas, da descentralização e desregulamentação públicas, porque eles crêem que o Estado controla as iniciativas empresariais. O desenvolvimento passa pela reorganização do aparelho produtivo e pela recomposição do espaço social das empresas, isto é, sua deslocalização. O local e a descentralização nesta perspectiva desempenham um papel puramente instrumental no sentido de criar pólos concorrentes no plano internacional. Para estes, o desenvolvimento local e a economia popular não passam de paliativos na fragmentação social provocada pela mundialização, um contrapeso para as regiões que perdem, as comunidades e os frágeis segmentos da população ativa que empobrecem .

Para os segundos, o desenvolvimento local, a economia social e solidária, assim como uma sociedade civil sadia, fazem parte de dados do desenvolvimento. Mesmo que os grande projetos reformadores, tais como a conquista socialista do poder, não façam mais parte do imaginário coletivo, a afirmação de identidade dessas comunidades e regiões, tanto no plano econômico como social, contribui para redefinir o desenvolvimento. Estas iniciativas favorecem a instalação de novas fontes e instituições, e demonstram sua capacidade estrutural nacional e internacionalmente.

A mundialização em curso permanece portanto como parte de uma luta permanente e de compromissos temporários entre forças diferentes e divididas quanto ao rumo a tomar. A pressão da sociedade nas empresas pode ser muito forte , como, por exemplo, a indústria de papel que deve enfrentar as exigências dos ecologistas. Apesar de seu enfraquecimento em função de um mercado mundializado, os Estados também enfrentam uma pressão social : importantes correntes de opinião pública desempenham um difícil papel no estabelecimento de políticas econômicas mais favoráveis ao emprego. Da mesma forma, nos últimos anos, manifestou-se uma forte corrente de contestação do poder das grandes instituições econômicas internacionais. Assim, uma gestão cidadã, política e não-mercantil se manifesta mais abertamente no cenário internacional.

De Lima a Quebec

Este movimento é embrionário e relativamente heterogêneo. Suas estratégias nem sempre são convergentes e suas posições seguidamente são defensivas, apregoando unicamente a resistência política. As organizações portadoras desta ideologia dependem igualmente do financiamento público que lhes é recusado, e sua representatividade é questionada porque são identificadas como minoria profissionais sociopoliticamente comprometidas. Apesar disso, o potencial de inscrição desses movimentos é muito presente porque certas condições podem tomar forma :

- 1) as aspirações a uma cidadania ativa se expressam de forma mais explícita no cenário político : é o caso de encontros de ONGs durante as grandes conferências internacionais da ONU e em Porto Alegre, assim como nas manifestações em Seattle, Quebec, Gênova, etc;
- 2) o apoio de alguns Estados e instituições internacionais à economia social e solidária se manifesta mais claramente : Secretaria de Estado para a Economia Social e Solidária (França), Departamento de Economia Social (Quebec e Bélgica), Programa de Economia Social no Bureau Internacional do Trabalho (BIT), etc;
- 3) as passarelas entre movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais são criadas para construir alternativas econômicas;
- 4) a capacidade atual de trabalhar em tempo real em qualquer parte do planeta graças às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) favorece a entrada em rede e as mobilizações de alcance internacional;
- 5) os projetos e proposições sobre questões internacionais se multiplicam : controle da OMC, taxação das transações financeiras, instituição em rede internacional de práticas solidárias, anulação da dívida dos países mais pobres, preservação do ar, da água e das florestas como patrimônio mundial, eliminação dos paraísos fiscais, etc;
- 6) as novas formas de cooperação internacional também aparecem : jumelagem de cidades e vilarejos; parcerias entre ONGs e comunidades locais do Norte relativamente a projetos locais nos países do Sul, etc.

As trocas de experiências, por mais enriquecedoras que possam ser, não são suficientes para influenciar as políticas dos Estados, de grandes organizações internacionais e de multinacionais. É necessário haver uma melhor organização mundial das solidariedades atuais; haver um local para articulação coletiva de projetos e proposições; um local que permita melhor compreender questões, analisar experiências em curso, formular novos projetos, veicular informações de maneira mais sistemática, etc.

Em outubro de 2001, o 2º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade reuniu em Quebec mais de quatrocentas pessoas vindas de trinta e sete (37) países, dos quais vinte e cinco (25)

eram do Sul. Na continuidade do primeiro encontro em Lima (Peru), em julho de 1997, o objetivo era de estabelecer algumas condições. Num mundo onde a lógica de mercado é dominante, as trocas internacionais poderiam se fazer sob a forma de uma verdadeira cooperação internacional e de solidariedade entre parceiros do Norte e do Sul.



3. ECONOMIA SOCIAL E MUNDIALIZAÇÃO AS MESAS-REDONDAS

3.1 A economia social e solidária : uma outra mundialização

As comunidades locais, os movimentos sociais, alguns Estados, as agências internacionais da ONU, as ONGs...resistem à mundialização neoliberal e trabalham para criar novos acessos. As tendências nascidas da mundialização neoliberal existem... e são numerosas : financiarização e desregulamentação da economia, aumento da exclusão e da precariedade, enfraquecimento dos Estados... Mas esta é a única mundialização possível ? As contratendências surgem para favorecer uma outra mundialização. Como a economia social e solidária participa dessas contratendências?

Conferencistas (mesa-redonda de 9 de outubro de 2001)²:

- **Yao Assogba (Quebec/Togo) :** A economia popular, o desenvolvimento da África e a «outra mundialização»
- **Jean-Louis Laville :** Economia solidária e economia social : as realidades européias
- **Nancy Neantam (Quebec/Canadá):**
- **Ismaël Muñoz (Peru) :** A economia social e solidária, expressão de uma globalização da solidariedade



Da esquerda para direita:
Nancy Neamtan,
Jean-Louis Laville,
Gérald Larose,
Ismael Muñoz
e Louis Favreau (tirada
por Yao Assogba)

² Yao Assogba, sociólogo, CRDC, Universidade do Quebec em Outaouais (Quebec/Togo) ; Jean-Louis Laville, sociólogo, CRIDA-LSCI, Paris (França) ; Nancy Neantam, diretora, Chantier de l'économie social (Quebec/Canadá), Ismael Muñoz, economista, GRESP, Lima (Peru).

I- A economia social e solidária : uma outra mundialização.

A mundialização dita neoliberal, foi fundada a partir de idéias de um renascimento ideológico do liberalismo, difundidas por inúmeros pensadores, movimentos e Estados, com uma visão conservadora da economia, que tomou impulso com o triângulo conservador dos anos 80 (Reagan-Thatcher e Mulroney) e a queda do muro de Berlim, que introduziu novas tendências: financiarização da economia, desregulamentação, recuo do Estado-Providência. Estas pesadas tendências da nova organização social e econômica também provocaram um lote de efeitos «colaterais» : aumento do fenômeno de exclusão, pauperização tanto no Norte quanto no Sul.

As comunidades locais, os movimentos sociais, alguns Estados, agências internacionais da ONU, as ONGs de desenvolvimento e muitos outros organismos ou associações resistem à mundialização neoliberal e trabalham no sentido de construir novas saídas. A mundialização não é portanto um fenômeno único e homogêneo.

II- As situações continentais:

a) A situação na Europa

Em seu texto, Jean-Louis Laville disserta sobre a situação da economia social e solidária na Europa, fazendo um recuo histórico que explica as diferentes realidades deste setor, conforme os países estudados.

O autor nos assinala que o surgimento de associações permitiu a aparição da democracia na Europa Ocidental. Surgiram dois modelos distintos: o modelo inglês, no qual os organismos caritativos estão ligados à noção de cidadania, tendo a caridade como um princípio social; e o modelo francês, marcado pelo igualitarismo republicano e o conceito de solidariedade como um elo social. No entanto, com o desenvolvimento e a aparição de espaços jurídicos, a institucionalização deste associacionismo os afasta progressivamente de seus valores fundamentais. A economia social se desenvolverá em três setores: as cooperativas, as companhias mutualistas e as associações.

As cooperativas se inscrevem nos interstícios do mercado deixados pelos desenvolvedores. Elas estão submetidas à lógica da concorrência, o que as impulsiona à concentração e à especialização e, por último, à evacuação progressiva de qualquer projeto político. As companhias mutualista surgiram no início do século XX para remediar problemas de incapacidade para o trabalho ou velhice. Aceitas pelos poderes públicos, elas foram gradualmente integradas a eles. O último setor, o das associações, desenvolveu-se segundo três configurações : nos regimes sociodemocratas universalistas, elas desempenharam um papel de pressão social; nos regimes liberais, onde os serviços públicos estão ausentes, elas tiveram pouca

influência; e, finalmente, nos regimes corporativistas, onde elas foram aceitas como parceiras do Estado. A economia social está bem implantada no conjunto da Europa e foi consolidada no decorrer do século XX. No entanto, o projeto político que estava por trás deste movimento ignorou a especialização, a eficiência e a tecnização das engrenagens que as levam a ter um impacto menor nos debates públicos. A política foi esquecida no processo de consolidação econômica.

A nova dinâmica

Atualmente, no contexto da transformação do trabalho e da economia, observa-se a intensidade do paradoxo do «fim dos militantes» e do aumento do engajamento associativo. Percebe-se efetivamente uma crise das militâncias em projeto de sociedade e uma deserção das associações mais institucionalizadas. Porém, ao mesmo tempo, surgem inúmeros engajamentos concretos sobre problemas particulares que acompanham o questionamento sobre o amálgama cidadão/consumidor, situando-se na esfera da participação cidadã e da coesão social. Este fenômeno é observado no contexto de uma transformação das atividades produtoras, onde o setor de serviços vê multiplicar sua capacidade de uso em quase todos os países da OCDE. Neste novo contexto, as inovações vindas de redes da sociedade civil se manifestam e se adaptam à transformação do Estado-Providência em diferentes situações. Nos países mediterrâneos, por exemplo, são as cooperativas sociais que se impõem quando o Estado recua. De forma contrária, nos regimes corporativistas, são as iniciativas de auxílio mútuo que surgem, baseadas na responsabilização e nas tentativas de dar voz aos usuários. Daí surge a noção de economia solidária ou de nova economia social para diferenciá-la da economia social propriamente dita.

Estas novas iniciativas, seguidamente qualificadas de «terceiro setor», devem ser definidas de acordo com uma abordagem que saliente seu caráter plural, muito mais que pela oposição setorial ao mercado ou à economia pública. Segundo o autor, a economia real evolui em três pólos : a economia mercante (mercado), a economia não-mercante (Estado) e a economia não-monetária (reciprocidade). A economia contemporânea tende a hierarquizar estes pólos, enquanto que a economia solidária seria uma hibridação e o reequilíbrio destes pólos. Portanto, o objetivo não é o de substituir o Estado, mas de reinserir a economia num projeto de integração social e cultural.

Os desafios europeus

Esta economia solidária foi parcialmente levada em conta pela União Européia, através do desenvolvimento de um terceiro setor voltado para o emprego. O autor acredita que esta «nova economia social», multidimensional, deva conquistar seu reconhecimento na Europa muito mais que somente pela questão do emprego. Se este reconhecimento demorar, triunfará a concepção truncada de economia, que opõe o mercado gerador de crescimento no setor «parasitário» da economia não-mercante. Este

reconhecimento passará, no entanto, por algumas condições e desafios : perenizar e renovar os status jurídicos da economia social; defender a autonomia de decisão dessas organizações; criar novas parcerias com o setor público que vão além do clientelismo; eliminar a distinção entre serviços individuais e coletivos.

b) A situação na África

Yao Assogba examinou as condições e maneiras das experiências de economia social africana que contribuem para o surgimento e reforço de uma «outra mundialização», a do aspecto humano.

O estado dos locais

Uma constatação básica se impõe para a África : 40 anos de ajuda internacional e de desenvolvimento foram um fracasso monumental. A África sub-saariana ainda possui o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e constitui de fato um foco endêmico de subdesenvolvimento. Não obstante, estes fracassos do desenvolvimento demonstram também a resistência africana que se faz presente nas práticas populares como formas concretas de uma socioeconomia de sobrevivência, enraizada na terra. O autor salienta duas realidades africanas : a oficial, para a qual se dedicam os agentes do desenvolvimento, e a face escondida da crise, representada por práticas populares freqüentemente ignoradas. Esta última realidade passa progressivamente de uma economia de sobrevivência a uma economia popular, cujo pouco reconhecimento tem todavia limitado seu desenvolvimento.

Implantação histórica e acadêmica da economia popular na África

A economia social na África sub-saariana origina-se unicamente do mutualismo, pois o cooperativismo foi importando do Norte e de forma desastrosa nos anos 60. As formas de solidariedade nasceram nas comunidades locais em função de eventos sociais caros (casamentos, por exemplo) e hoje são empregadas pelos movimentos de agricultores e trabalhadores. Esta economia social, estreitamente associada à noção de terceiro setor e de setor informal, traz problemas de definição. Segundo Peemans, a economia informal, na África, é uma economia popular secular, que pertence a uma malha de produção existente antes mesmo da colonização, mas que foi marginalizada por esta última. Penouil afirma também que o setor informal é local de iniciativas e ações de sobrevivência num contexto precário, onde existe um processo de indigenização da economia moderna, através da combinação e reinterpretação de elementos culturais locais e estrangeiros. Esta economia social africana, própria do *Homo Africanicus*, seria definida como a expansão de inúmeras pequenas atividades de produção e comercialização feitas por diversos grupos (família, clã ou etnia). Estas atividades se desenvolvem segundo uma lógica diferente do capitalismo, organizada pelo indivíduo que traz o fator trabalho e visa a melhoria das condições de vida das pessoas, localidades ou aldeias. Assim, diversas lógicas estão presente, tais como a economia de

subsistência e de produção, as relações de reprodução social e convívio. No centro de tudo, aparece a importância das relações afetivas.

No âmbito de uma economia social africana particular, Yao Assogba menciona a importância da criação de uma ciência social da economia popular na África. Esta necessidade vem da importância da reapropriação de conceitos e de uma ruptura epistemológica que leva em consideração a historicidade africana. Segundo o mesmo autor, é necessário incluir este novo saber nos programas de ensino e também nas noções de desenvolvimento, permitindo assim ir além das abordagens normativas e ideológicas que subentendem uma visão neoliberal ou crítico-populista-desenvolvimentista. Os pesquisadores africanos devem romper com uma ou outra para promover uma mundialização alternativa. Da mesma forma, a economia popular deve ser inserida no desenvolvimento local.

Uma economia social portadora de alternativa

Ainda que a maioria da população na África viva de iniciativas de economia popular, estas freqüentemente se encontram num contexto limitado de sobrevivência. Segundo Assogba, estas experiências da «África profunda» possuem um potencial real de mudança social. Para que este potencial se atualize, algumas transformações são necessárias. Partindo do modelo de três andares de Braudel, o autor afirma que o andar intermediário, entre a economia do «rés-do-chão» e a economia-mundo (o mercado local onde a economia social mais se desenvolve), seria uma proteção contra a ditadura da economia de mercado e do autoritarismo político. Na África, portanto, é necessário vivenciar experiências da esfera de sobrevivência para o estágio de vida social. Para tanto, é absolutamente necessário preencher o espaço vazio deixado pelas autoridades coloniais e pós-coloniais entre os níveis micro e macro da economia. Além disso, o autor propõe reconsiderar três parâmetros do sistema-mundo : a economia política e a historicidade dos processos de desenvolvimento, a dinâmica Estado/economia/política/desenvolvimento e a posição da África nas relações internacionais. Os programas nacionais de desenvolvimento deveriam visar a passagem da economia de rés-de-chão ao andar local a fim de consolidá-la, antes de passar aos escalões superiores. Além disso, toda a política de desenvolvimento, entendida como a capacidade de se responsabilizar pelas populações de seu território e de seus recursos num âmbito institucional apropriado, deverá se basear em conceitos próprios dos agentes africanos, tais como as tontinas no caso do setor financeiro.

Também são necessárias duas condições para que a economia popular africana constitua uma alternativa :

1) o reconhecimento da economia popular africana como via incontornável de crescimento e de desenvolvimento alternativo dos Estados africanos, através da transferência de poderes para estas

organizações ; 2) novas relações no Norte e no Sul, através de relações de solidariedade entre organizações de economia social e solidária do Norte e do Sul.

c) À situação na América Latina

Em sua comunicação, Ismael Muñoz oferece-nos uma visão geral da dialética das duas mundializações : a de tendência neoliberal, apoiada pelas instituições econômicas internacionais, entre elas o FMI, a OMC ou o Banco Mundial, e a de caráter mais solidário, instituída pelas forças populares.

Inicialmente, o autor apresenta um panorama da situação da crise econômica atual. Segundo Muñoz, esta crise foi provocada principalmente pela financeirização da economia que teve um enorme impacto negativo sobre a economia de países do Sul e do Norte. Um dos maiores problemas paralelos é o superendividamento de países, bancos e empresas que provoca a impossibilidade de pagar e conseqüentes crises. Em 1997, por exemplo, as crises na Ásia tiveram impactos tanto em nível da região quanto no plano internacional. No Brasil, em 1998, na Argentina e na Turquia, em 2000, a crise provocou uma forte retração de capitais nestes países e um extremo endividamento que repercutiu social e politicamente com o aumento das desigualdades. O autor ressalta, no entanto, o fato de que uma resposta a esta mundialização titânica surgiu nas esferas intelectuais, sociais e políticas, principalmente nas mobilizações populares e na ação de novos movimentos sociais nos grandes encontros internacionais. O mesmo autor afirma que a economia inclui-se nesta resposta , pois ela está baseada na satisfação de necessidades humanas e sociais e propõe a supremacia do trabalho sobre o capital.

Ismael Muñoz apresenta quatro exemplos de globalização da solidariedade. O primeiro se insere nas lutas contra a pobreza feitas pelas famílias populares e países do Terceiro Mundo. A visão hegemônica da economia neoliberal introduzida nas diversas políticas tem como primeira vítima a população marginalizada, e os Estados enfraquecidos pagam o preço. Esta luta titânica realizada pelos pobres seria, segundo o economista canadense McPherson, o fator de transformação estrutural da economia dominante, uma vez que ela é portadora de uma visão da economia ética e moral, contrariamente à economia oficial que esvaziou estas considerações. Porém, segundo o autor, a luta contra a pobreza precisa também de uma concertação entre os agentes estáticos, econômicos e civis, exemplificado pela *Mesa de Concertación para la lucha contra la Pobreza*, no Peru, uma estrutura de concertação de agentes, ou o *Foro Nacional Jubileo 2000*, na Bolívia, que é um fórum de consultoria público-privado.

O segundo exemplo é o da convergência de novos movimentos sociais, como os presentes em Porto Alegre, que são uma força plural e mundializada, ainda que chamada de antimundialização. Este

movimento diversificado que inclui a lutas das mulheres, dos autóctones, dos direitos humanos ou a luta dos ecologistas é um dos atores principais da luta por uma globalização alternativa.

O terceiro exemplo contextualiza-se na luta contra a dívida externa dos países pobres. O autor demonstra que a dívida, seguidamente contraída pelos governos autoritários e corrompidos, aumenta num ritmo insustentável, submetida à sorte das variações de taxas de interesses ou de inflação, o que força os governos a fazer cortes nos serviços públicos para satisfazer calendários. São os países mais marginalizados que pagam os juros desta dívida, pela qual eles não são responsáveis e da qual não podem fugir. A luta do *Jubilé 2000*, que pede a anulação da dívida dos países pobres, preconiza a criação de um tribunal de arbitragem independente que avalie cada um dos países envolvidos. Segundo o autor, este procedimento permitiria eliminar a política de «dois pesos e duas medidas» aplicada pelos países ocidentais que não hesitaram em anular a dívida dos Estados Unidos em 1931 e a da Alemanha em 1953, enquanto que a dívida dos países pobres aumenta a cada dia.

Finalmente, o último exemplo é o da migração internacional, atualmente majoritariamente do Sul em direção ao Norte, que deveria, segundo o autor, ser instituída de direito. A teoria da globalização prioriza a mobilidade de pessoas, bens e capitais, enquanto que se pode observar que somente bens e capitais são móveis e que as fronteiras se impermeabilizam na passagem das pessoas. Além de ser um direito, esta migração é, através das diásporas, uma contribuição importante de capital para os países do Sul – vinte milhões de dólares (US) somente para a América Latina.

O autor sintetiza sua proposta, salientando um duplo fenômeno paradoxal : de um lado, as desigualdades internacionais aumentaram, enquanto que, de outro, os indicadores sociais, como alfabetização, acesso à água potável e à alimentação, diminuíram. Ainda segundo o autor, apesar dos discursos oficiais, os responsáveis por estas duas situações são diferentes. A precariedade seria provocada pelos agentes da economia neoliberal, enquanto que as melhorias sociais seriam fruto de agentes populares e sociais que lideram lutas diárias. Um outro fenômeno que estrutura a construção de uma mundialização alternativa é o fenômeno histórico positivo de transformações profundas do sistema internacional, tais como a diminuição do colonialismo e o avanço da luta da sociedade civil e de diversas instâncias públicas. Assim, uma de nossas responsabilidades é favorecer e reforçar estas lutas, além de transformar os aspectos econômicos e financeiros do sistema internacional, através das transformações positivas observadas. Neste caso, tanto as lutas populares quanto a economia popular têm um importante papel a desempenhar.

d) Na América do Norte : a experiência do Quebec

Nancy Neamtan abordou o papel da economia social e solidária na construção de uma outra mundialização a partir da experiência quebequense. Ela ressaltou que a história do Quebec é rica em experiências e realizações no domínio da economia social. É uma história que começou no século passado com a criação de cooperativas de poupança e cooperativas agrícolas, para sobreviver em tempos de crise, e de associações de educação para adultos, permitindo que operários (as) se instruísem. Na década de 60, esta história acelerou-se com a criação de uma gama de organismos dedicados à saúde e moradia, ou ainda aos cuidados infantis, entre outros. Após quinze anos, aparece uma nova vaga de experiências de economia social e solidária, materializadas no que chamamos a nova economia social, aquela que ocupa cada vez mais o terreno econômico e o espaço tradicionalmente reservado ao setor privado. Esta multiplicação de iniciativas começaram no desenvolvimento local, principalmente através de atividades como serviços de economia social, novas tecnologias, microcrédito ou inserção socioprofissional.

Estas iniciativas tiveram um efeito político materializado no reconhecimento pelo Estado e pela sociedade civil destas práticas, ainda que tal reconhecimento não tenha sempre boas razões. Na verdade, as organizações de economia social e solidária são seguidamente vistas como administradoras dos danos sociais, como a economia da pobreza ou, do ponto de vista da esquerda, como um beco sem saída político. Apesar de tudo e por diversas razões, a economia social torna-se um movimento de uma amplitude impressionante no Quebec. Por ser uma sociedade jovem, o Quebec é mais flexível. Os meios são importantes porque, apesar de alguns problemas, o Quebec é um rico país do Norte. Ele é também uma sociedade minoritariamente francófona na América do Norte, o que favorece o diálogo.

Um dos locais de encontro e trocas da nova economia social é o *Chantier de l'économie sociale* representado pela autora. Fundado há quase cinco anos, ele une as grandes redes implicadas no desenvolvimento da economia social e solidária. Este organismo transformou-se num local de transferência mútua, debates, trocas de experiências entre redes de empresas, movimentos sociais e pesquisadores. Mesmo que a economia social «se encontre em total transformação», e «ouse cada vez mais se afirmar como parte integral da estrutura socioeconômica», ela não deixa de ser marginalizada e limitada pela resistência exterior e suas fraquezas internas. Segundo a autora, deve-se forçosamente concluir que um modelo de desenvolvimento alternativo não pode ser construído sem contato com o mundo exterior, de forma doméstica.

No que tange o papel da economia social na criação de uma alternativa, a autora visa seis funções principais : permitir que pessoas e coletividades respondam às suas necessidades, integrando os valores de solidariedade; permitir também um compromisso coletivo no sentido de criar uma outra economia;

favorecer a confrontamento de estratégias neoliberais de economia; voltar a dar confiança aos agentes; permitir imaginar e criar novas estratégias de desenvolvimento; e, por fim, acrescentar um direcionamento econômico ao movimento político por uma outra mundialização, reivindicando um reconhecimento econômico. A criação de uma alternativa pressupõe uma ação múltipla, incluindo política, economia, sociedade e cultura.

Relativamente aos meios de construção desta alternativa, a autora ressalta três indicações. A primeira é o reconhecimento da existência dessas práticas, já que o aspecto pluralista e impetuoso das iniciativas locais é uma fraqueza que reforça a importância de ações visíveis nas comunidades e a criação de redes nacionais e internacionais sólidas. Este primeiro aspecto é primordial, pois o acesso aos meios de desenvolvimento e crescimento das organizações de economia social passa primeiro por este reconhecimento. Em segundo lugar, a autora sugere aceitar os desafios impostos para o desenvolvimento de organizações, tais como acesso capital, mercado, informação e as ferramentas de pesquisa e desenvolvimento. Enfim, ela propõe que os organismos de economia social não se contentem mais em ficar à margem e de se lançarem, com os meios mais importantes, a enfrentar o setor privado em seu próprio terreno. Ela precisa, no entanto, que os objetivos de crescimento do setor da economia social e solidária devem ser pensados sem perder de vista os princípios básicos, aprendendo com os erros passados e mantendo a transparência no curso do processo.

Finalmente, segundo a autora, esta «outra mundialização» não será feita exclusivamente de forma setorial, mas através de um diálogo que permita aos diversos movimentos compreender suas práticas e visões mútuas. Ela cita questões essenciais na elaboração de uma alternativa. Primeiramente, apoiar-se nos movimentos sociais portadores de valores de solidariedade. Em segundo lugar, ela ressalta a importância de um trabalho comum no sentido de aprofundar as reflexões sobre questões fundamentais, como as relativas aos papéis do Estado e do mercado, as relações Norte-Sul ou ainda as relações entre mulheres e homens. Enfim, a importância de pesquisas e debates sobre estas problemáticas centrais para aqueles que trabalham na elaboração de uma alternativa acreditável e concreta..

III- As problemáticas e perspectivas da economia social como pilar de uma mundialização alternativa.

Problemas vividos de forma diferente mas com objetivos e desafios globais comun poderia ser o resumo da problemática da consolidação da economia social, solidária no Norte e no Sul, e de sua capacidade para favorecer o surgimento de uma «outra mundialização».

No Norte, onde a ideologia liberal se insere em todas as esferas da vida social, a nova economia social enfrenta a necessidade de renovar seu projeto político transformador e de se fazer reconhecer como um agente de um desenvolvimento que associa a economia às realidades políticas, sociais e culturais. No Sul, é a necessidade de transformação e reaproximação do projeto de desenvolvimento que leva a se concentrar nas particularidade e contextos locais, adaptando conceitos e não desperdiçando o projeto de sociedade trazido pela economia popular. Desta forma, haveria um objetivo comum de reinvenção da solidariedade entre o Norte e o Sul. Exatamente como afirma Yao Assogba : «A resistência cidadã se organiza frente às falhas da economia oficial, fortalecendo-se dos recursos locais expressos pelas redes de trocas e de solidariedade que, através dos modernos meios de comunicação, desenham uma outra maneira de viver além das fronteiras».

3.2. Economia social e democratização do desenvolvimento

A mundialização não é um conjunto único. Ao lado e seguidamente contra a mundialização neoliberal, ela se desdobra em iniciativas que, sem serem uma força sociopolítica mundial,, ultrapassam um comportamento exclusivamente local. Tais forças se inscrevem numa outra mundialização que privilegia a luta contra a pobreza, em favor do emprego e da proteção social, assim como do controle do meio ambiente e a superioridade da sociedade sobre a economia.

A economia social e solidária pode ser tratada sob o prisma de sua contribuição à construção de novos modelos democráticos de desenvolvimento. Porém, há mais de quarenta anos, a noção de desenvolvimento é objeto de importantes debates e de visões muito diferentes, até mesmo opostas. Atualmente, depois do fracasso das cooperativas dos países capitalistas do Norte em países do Sul, depois da decorrocada do comunismo e seu desabamento e do insucesso dos movimentos de liberação nacional e de seu modelo «desenvolvimentista», como e em que condições se faz o desenvolvimento ?

Neste novo contexto, a economia social e solidária pode ser considerada inicialmente como uma mobilização social a partir da necessidade, das aspirações das população (a identidade) e de um projeto de desenvolvimento (uma utopia). Em que condições a economia social e solidária pode ser a expressão de um potencial para novas formas de regulamentação política, de identidade e utilidade social ? Para quais condições ela pode ser : 1) uma resposta inédita às necessidades das populações ; 2) uma contribuição à redefinição da democracia ; 3) uma contribuição à renovação da proteção social e das políticas econômicas e sociais dos Estados ? O que a história de práticas desse tipo de economia (história que remonta ao século XIX) e a teoria à qual ela está vinculada, nos mostram tanto as sociedades do Norte quanto as do Sul?

Conferencistas (mesa-redonda do dia 10 de outubro)³:

- **Patricia Amat y Leon (Peru):** De lo Cotidiano a lo Publico : Visibilidad y demandas de género
- **Lucille Manoury (França) :** Economia solidária e democratização do desenvolvimento
- **José Luis Coraggio (Argentina) :** Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa
- **Benoît Lévesque (Quebec/Canadá) :** Economia social e solidária num contexto de mundialização : por uma democracia plural

Estas questões foram discutidas pelos quatro conferencistas a partir de diversos prismas : Lucille Manoury aborda a questão do papel da economia social e solidária na democratização do desenvolvimento; Benoît Lévesque analisa as formas de democracia presentes no seio da economia social e na sociedade em geral, e introduz a idéia da necessidade de uma democracia plural; Patricia Amat y Leon discute as atividades e o vínculo entre a valorização do papel das mulheres e a construção de um setor associativo; enfim, José Luis Coraggio analisa de maneira crítica a forma de situar a economia social

³ Patricia Amat y Leon, socióloga, OXFAM R-U, Peru ; Lucille Manoury, política, Colégio Cooperativo de Aix-en-Provence, França ; José Luis Coraggio, economista, Universidade do General Sarmiento, Buenos Aires (Argentina) ; Benoît Lévesque, sociólogo, CRISES, Universidad de Quebec em Montreal (Quebec/Canadá).

e solidária na economia global e os problemas de transição para uma alternativa apoiada neste tipo de economia.



Da esquerda para a direita : Laurent Fraisse (IRES-França), Humberto Ortiz Roca (GRES-Peru), Gérald Larose (GESQ-Quebec), Lucille Manoury, José Luis Corragio, Patricia Amat y Leon, Benoit Lévesque.

I- Contexto

O contexto político atual é marcado pelos debates referentes aos efeitos da mundialização neoliberal. Em nível conceitual, traz uma distinção: seria mais justo falar de globalização, um processo que deixa emergir o dilema entre uma economia mundial baseada no mercado ou na solidariedade. Sobre os efeitos desta globalização, os autores concordam quando afirmam que ela provocou um aumento da exclusão e que ela se caracteriza por um recuo do Estado-Providência. Além disso, Patricia Amat Y Leon constata que os efeitos são sentidos principalmente na América Latina, onde trinta anos de ajustes estruturais e submissão às políticas neoliberais provocaram, além de problemas sociais, um forte sentimento de incerteza com relação ao futuro. Ela afirma que o dilema atual para o Governo, na qualidade de recipiendário das solicitações dos cidadãos, é orientar o desenvolvimento na direção desejada pelas políticas neoliberais que pouco devem às opiniões dos cidadãos, ou na direção desejada pelos cidadãos.

À margem desta globalização neoliberal, outros fenômenos paralelos também são observados. Segundo Benoît Lévesque, nota-se atualmente o ressurgimento da tradição cooperativa e solidária, em continuidade às idéias do século XIX, através da reinvenção da economia social (nova economia social), num contexto de resistência ao capitalismo mundial – e de experimentação visando a construir um outro modelo de desenvolvimento. O contexto de globalização neoliberal, que teria como consequência diversos problemas sociais tais como o aumento do desemprego e da exclusão e a diminuição dos serviços coletivos, ofereceria, **paradoxalmente, locais de iniciativas para a sociedade civil**, com a finalidade de construir um outro modelo de desenvolvimento e uma outra mundialização solidária que não se limitaria a um simples paliativo.

II- Conceitos

Dois conceitos são centrais na análise da economia social e de sua contribuição à democratização do desenvolvimento : a economia social e o desenvolvimento.

Economia social

A economia social é um conceito plural definido e circunscrito de diversas maneiras pelos autores. José Luis Corragio define a «socioeconomia» em torno de três eixos : uma crítica ao pensamento único, uma ação prática e uma utopia. Benoît Lévesque a apresenta como um componente da economia geral que reconhece o social através de algumas regras e do respeito a certos valores. Mesmo que o social esteja presente em qualquer economia, a empresa de economia social o reconhece explicitamente em seu funcionamento (democracia) e suas externalidades socializadas. Segundo o autor, esta economia social deriva da economia plural. Ele a classifica distinguindo as atividades não-mercantis e considera dois critérios : o da necessidade e o da aspiração.

Quatro grandes tipos de economia social

<i>Economia social</i>	<i>Écon. social de necessidades</i>	<i>Écon. social de aspiração</i>
<i>Dominante não-mercantil (desenvolvimento social)</i>	Cozinhas coletivas	Creches
<i>Dominante mercantil (desenvolvimento econômico)</i>	Empresas de inserção	Cooperativas trabalhistas

Segundo este autor, não é preciso hierarquizar a importância desses quatro tipos de atividade. As iniciativas de necessidade, por exemplo, seguidamente são alimentadas por aspirações e todas as duas podem servir de laboratório de aprendizagem para a cidadania ativa. Uma verdadeira visão progressista reconhece e encoraja as quatro dimensões (mercantil/não-mercantil e necessidade/aspiração) como estando todas incluídas num projeto coletivo comum.

Desenvolvimento

Lucile Manoury situa o desenvolvimento na evolução que se construiu historicamente durante um longo período. Segundo a autora, alguns acontecimentos e teses contribuíram para orientar o desenvolvimento para uma contribuição baseada no crescimento (PIB) versus uma contribuição baseada na melhoria das condições de vida (saúde, educação...). Exatamente com a introdução do Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é que o desenvolvimento será concebido como a cobertura dos custos humanos, através de suas necessidades essenciais. Com a Cúpula de Copenhague, em 1995, introduziu-se uma visão do desenvolvimento orientada para a divisão de riquezas e do desenvolvimento social, assim como uma constatação da incompatibilidade entre a economia de mercado e as exigências deste tipo de desenvolvimento. Ela conclui que, após 50 anos, certos atributos do desenvolvimento, tais como a endogenia, a participação, o social, o humano e o equitável formam um consenso.

III- Economia social e democratização do desenvolvimento

Lucile Manoury introduz a idéia de Polanyi, segundo a qual não pode haver desenvolvimento econômico sem democracia política. Comparativamente à democracia política, a autora afirma que há 20 anos existe uma crise em diversos níveis : uma crise da participação cidadã favorecendo a aparição de formas não-convencionais de participação e um reconhecimento de que os direitos formais não garantem a ausência de uma ruptura social. Esta crise estimula um processo ainda inacabado de emergência de novas aspirações e de formas básicas de democracia, para as quais a economia social poderia contribuir. Ainda segundo a autora, dois desafios diferentes estão presentes no Sul e no Norte : enquanto que no Norte se quer favorecer a visibilidade e o reconhecimento da economia social e solidária, no Sul, é a ação dos agentes deste setor que poderá conduzir à democratização do desenvolvimento. Através de princípios e valores próprios da economia social, que servem de escola e de exemplo democrático, fala-se em liberdade de adesão, gestão democrática (uma pessoa, uma voz), não-lucratividade (capital coletivo e divisão de excedentes), dupla qualidade de aderentes e usuários, educação cooperativa dos membros (aprendizagem da democracia) e princípio de intercooperação.

Benoît Lévesque aborda a questão da democracia nas empresas de economia social, afirmando que esta democracia é a condição *sine qua non* para a existência das empresas e que ela as distingue. Segundo o autor, existem quatro formas possíveis de democracia, cada uma com seus limites : a democracia representativa, que valoriza as escolhas individuais, mas que pode produzir certas formas de exclusão e um fosso entre os cidadãos e os eleitos ; a democracia social, para a qual se considera que a soma dos interesses coletivos representa o interesse geral, com o risco de gerar um corporativismo; a democracia direta, que estimula a participação sem intermediário, mas que não garante a capacidade de decisão das

peças e que pode servir de plataforma para mudanças em favor dos profissionais; enfim, há a democracia deliberativa, que oferece a possibilidade de escolha e reconciliação do interesse individual e coletivo através do debate democrático, e por isso a importância da informação e a necessidade de construir espaços públicos de diálogo social.

Formas de democracia	Meios	Radicalização
Democracia representativa (Instituição)	Instâncias representativas Escolha dos representantes eleitos Base : interesse individual Voto e maioria	Generalização de categorias de pessoas habilitadas a participar
Democracia direta (Organização)	Ausência de mediação Participação direta Interesses formulados diretamente	Generalização de níveis e setores onde se dá direito de participação
Democracia social	Concertação entre os grandes agentes portadores de interesses coletivos Associações voluntárias e grupos identitários Mobilização	Favorecer o reagrupamento e a expressão de pessoas que partilham condições comuns
Democracia deliberativa (Processo e formação)	Deliberação e dimensão discursiva Espaços públicos desvinculados dos interesses imediatos Livre expressão de todos Objetivo : resgatar um bem superior que se justifique	Estimular a deliberação Procedimentos permitindo a formulação de preferências refletidas e socialmente validades Aprendizagem coletiva

As forças e fraquezas inerentes a cada uma destas formas nos obriga a considerar uma estrutura plural da Democracia com uma radicalização paralela de cada uma das formas. Esta radicalização deve se fazer a partir de três eixos : a introdução da dúvida democrática (recusa de formas exclusivas), a hibridação de formas e a radicalização da participação democrática. Este último aspecto pressupõe, para a Democracia representativa, por exemplo, o estímulo à deliberação e a aprendizagem coletiva. Para que esta Democracia plural se desenvolva, é necessário haver um contexto institucional de descentralização e de autonomia das organizações. É igualmente necessário que os poderes públicos reconheçam a contribuição das empresas para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e do bem comum. O autor afirma que a economia social não substitui nem a capacidade redistributiva do Estado, nem a produção do setor privado. Sua contribuição seria no sentido de produzir a Democracia social e econômica. É por este motivo que ela deve considerar seriamente a Democracia e aceitar dois desafios : na economia social de necessidade, o perigo é limitar a Democracia aos ajudantes e profissionais, enquanto que na economia social, alimentada por aspirações, deve-se comparar diversos projetos, em vez de impor um ou outro.

Segundo José Luis Coraggio, no Sul, ainda há muito a fazer pela democratização do Estado e a instituição de uma Democracia participativa. A economia social deverá se apoiar em novos agentes, poderes sociais e processos democráticos para reconstruir o Estado. Ela não deve se basear exclusivamente no local, já que a reconstrução de uma sociedade civil forte não poderá ser feita no Sul, sem que os Estados nacionais não sejam igualmente reconstruídos. É o que acredita Patricia Amat Y Leon quando afirma que o local de democratização é o Estado nacional, o que significa também uma mudança de regras gerais que influenciam as políticas nacionais e criam espaços de desenvolvimento para o cidadão.

IV- Reflexões críticas sobre o assunto

O papel das mulheres

De acordo com Patricia Amat y Leon, uma perspectiva democrática do desenvolvimento deve incorporar diversas problemáticas (mulheres, autóctones, etc) e iniciativas cidadãs diferentes das de seu país ou localidade, a fim de desenvolver um movimento global. A autora estuda a questão e o papel das mulheres como portadoras de solicitações cidadãs, e o fato de que a cultura de discriminação esteja presente nas relações econômicas dos casais. A Declaração de Lima, elaborada na ocasião do Primeiro Encontro Internacional em 1997, tinha inicialmente afirmado a vontade de valorizar o papel das mulheres. Segundo a autora, a junção de movimentos de mulheres e movimentos associativos, sob a forma de cooperativas sociais, e o reconhecimento do direito das mulheres em diversos projetos são desafios essenciais para os movimentos populares na América Latina. Enfim, a economia solidária deveria também considerar as questões de gênero, pois a participação das mulheres e a integração de visões de gênero não são somente úteis ao desenvolvimento humano, mas são igualmente um processo que promove a redução de percalços e a integração das pessoas no desenvolvimento. Portanto, a agenda específica das mulheres enriqueceria a estratégia da economia social e solidária.

As dificuldades de implantação

José Luis Coraggio considera que três interpretações diferentes podem ser dadas à economia social e solidária a partir do documento de Lima : a economia social como substituta da economia de mercado, o que traz um problema de transição; a economia social como reforma, o que introduz a dificuldade de transição para as novas formas de regulamentação; e a economia social como complemento da economia de mercado, o que a legitima, porém integrando-a ao projeto do capitalismo. Partindo dessas interpretações, Coraggio identifica algumas dificuldades de implantação de uma economia social numa perspectiva de desenvolvimento. A primeira é relativa à participação e aos problemas de continuidade, aos jogos informais de poder e à necessidade de unir a organização aos interesses materiais das pessoas.

Ele afirma que o desafio é evitar os projetos predeterminados e favorecer mais as discussões críticas sobre interesses, valores e formas de solidariedade da organização. A segunda concerne a cultura da dependência com relação aos investidores de fundos ou organismos de apoio, o que mostra a importância de estabelecer contratos claros desde o início e de favorecer uma relação evolutiva da dependência para a autonomia. A terceira é a relação com o mercado. É preciso evitar de associar o mercado ao capitalismo, já que o mercado é plural (a permuta é um exemplo disso), o que impede de situar a economia social entre o Estado e o mercado. O autor afirma que o desenvolvimento de uma economia social em nível global não poderá ser feito sem a inclusão de formas de mercado internas. Finalmente, a última dificuldade é a de se situar entre a empresa privada e pública, o que pressupõe que se utilize o mercado sem se subordinar à sua lógica, colocando em concorrência as empresas de dois setores, sem integrar seus critérios, visões e valores nas empresas associativas.

V-Resistir e construir :

Para concluir, segundo Benoît Lévesque, o desafio atual é o de unir, através do fortalecimento da Democracia, as iniciativas locais às lutas contra a mundialização neoliberal. «Resistir e construir» exige a convergência das iniciativas de desenvolvimento da economia social e as lutas antimundialização. Para tanto, há a necessidade de uma visão mais larga e um projeto de sociedade baseado numa Democracia plural.

3.3. Economia social e solidária et movimentos sociais

Na atual mundialização, vários agentes intervêm com uma direção neoliberal ou alternativa. Inicialmente, há as grandes empresas multinacionais, os Estados reunidos na ONU e várias organizações econômicas e políticas ligadas a ela em diversos níveis (FMI, Banco Mundial, PNUD, BIT...). Por outro lado, existe um conjunto de forças sociais mais ou menos independentes interagindo com tais organizações quando elas viuculam resistência e contraproposições à mundialização neoliberal. As dinâmicas mundiais devem contar com as forças sociais independentes dos Estados, da empresa privada e das instituições da ONU. Trata-se de um conjunto de associações ambientalistas, grupos de mulheres, organizações de defesa de direitos sociais, organizações sindicais e cooperativas... A capacidade de introduzir a solidariedade na economia está intimamente ligada à força e à penetração desses movimentos sociais na economia, tanto no plano internacional como nacional e local.

As associações tanto no Norte como no Sul, assim como a cooperação internacional Norte-Sul, sofreram golpes da mundialização neoliberal e vivem tempos de incerteza. Mas a crise a liberou um espaço inédito para a inovação social, principalmente onde o «social» e o «econômico» se sobrepõem, o que é o caso da economia social e solidária. Como os movimentos sociais se posicionam atualmente neste novo contexto e relativamente às iniciativas de economia social e solidária ? Eles estão abertos para a mudança de estratégias e políticas a que isso conduz?

Conferencistas ⁴ (mesa-redonda de 11 de outubro)

- **Patrick Develtere (Bélgica)** : Sociedade civil, ONG, terceiro setor, movimento social e economia social : concepção no Norte, pertinência no Sul?
- **Abdou Salam Fall (Senegal)** : Derem ak ngerem. A franqueza, a bondade e o reconhecimento. As forças de uma economia social e solidária do Oeste Africano.
- **Alfonso Cotera (Peru)** A economia solidária : uma contribuição ao surgimento de um espaço público de diálogo social e de participação cidadã.
- **Margie Mendell (Quebec/Canadá)** A globalização da solidariedade.
- **Ray Brownley (Estados Unidos)** Por que confiar no desenvolvimento comunitário?

Para responder a estas questões, os quatro conferencistas abordaram aspectos diferentes da problemática : Marguerite Mendell analisou o surgimento de movimentos sociais globais na era pós-Seattle, assim como a dinâmica entre construção e protesto; Patrick Develtere propôs uma reflexão sobre o conceito de economia social e solidária; Abdou Salam Fall examinou a distância entre a realidade da economia social e solidária no Oeste Africano e a ausência deste conceito na cultura local; Alfonso Cotera falou sobre a evolução dos movimentos sociais no Peru e sobre a contribuição da economia solidária para o surgimento, nos últimos vinte anos, de um espaço público de diálogo social e de participação cidadã; Ray Brownley apresentou as razões e os impactos de um desenvolvimento social assumido por organismos religiosos.

⁴ Patrick Develtere, sociólogo, Instituto do Trabalho, Universidade de Louvain (Bélgica) ; Abdou Salam Fall, sociólogo, IFAN, Dacar (Senegal) ; Ray Brownley, urbanista, New Jersey (Estados Unidos)

I- Contexto



Marguerite Mendell afirma que o contexto atual de mundialização neoliberal é fruto de um processo histórico. O conceito keynesiano de Estado-Providência dos anos 30 e do sistema de Bretton Woods não era unicamente um instrumento social, mas um reconhecimento da instabilidade dos mercados. No entanto, desde 1970, os governos abandonaram seu compromisso com os programas sociais

para se preocuparem muito mais com a prioridade do equilíbrio orçamentário. A crise do petróleo e a estagflação dos anos 70 abriram as portas para o ataque neoconservador, cujo apogeu se deu na década de 80 com Reagan e Thatcher. A reregulamentação observada na década de 90, depois de diversas crises financeiras, advém muito mais, segundo a autora, de medidas *ad hoc* de correção que de mudanças reais. Porém a situação mostra o fracasso do neoliberalismo que só provocou insucessos financeiros e exclusão. No que tange o Oeste Africano, por exemplo, Abdou Salam Fall afirma que estas políticas, baseadas em uma lógica de dominação e pilhagem, têm como consequência o enfraquecimento dos valores humanos, arriscando as políticas sociais quando apresentam o lucro como finalidade econômica.

Outro fenômeno atual paralelo à hegemonia neoliberal é o surgimento de um novo movimento contestador nascido em Seattle. Segundo Marguerite Mendell, trata-se de um movimento ímpar pois pratica uma política não-institucional e forma uma matriz de forças progressistas relativamente heterogêneas, cujo objetivo principal é o de mobilizar e organizar diversos grupos num terreno comum, para passar uma mensagem influente. Segundo a autora, estas manifestações tiveram efeitos importantes, pois elas questionam a capacidade de governos, instituições internacionais e multinacionais de administrar a economia global sem consulta democrática. Uma outra característica desta vaga de protestos é sua relação crítica com as políticas clientelistas do Estado. Estes grupos estão muito comprometidos com a criação de um contexto institucional de desenvolvimento controlado pelas comunidades. Este fato explica, de uma certa maneira, o renascimento do interesse pelo movimento cooperativo e as utopias comunitárias. Para Abdou Salam Fall, há um novo ganho para a economia social e solidária que une a urgência de

mudança de paradigma no processo de criação de riquezas. A economia social, além de refletir o fracasso do modelo neoliberal, evidencia as capacidades inovadoras de novos setores e agentes.

II- Relações Norte-Sul e dificuldades conceituais

O surgimento de um movimento social mundializado acontece simultaneamente, no Norte e no Sul, a partir da experimentação de diversas alternativas. Patrick Develtere fez a reflexão sobre diversos conceitos explicativos desta nova realidade e sobre a problemática das definições.



Patrick Develtere
(Bélgica)

Para não cair na armadilha do europeocentrismo, como parte do programa STEP⁵ do Bureau Internacional do Trabalho, foi realizada uma pesquisa junto aos agentes e pesquisadores do Sul. A pesquisa revelou inicialmente diversas idéias recorrentes sobre a contribuição do setor popular à sociedade : coincidência histórica do surgimento em diferentes países, contribuição para uma sociedade mais equitável, convergência de um projeto de sociedade em torno da noção de Democracia, entre outros. Os conceitos utilizados para descrever este fenômeno, no entanto, são ambíguos e tendem a transpor conceitos do Norte para o Sul. Ainda assim, dois conceitos são estimulantes para a análise : o de «movimento social», que subentende a existência de um projeto de sociedade, mesmo que várias iniciativas não existam além de suas próprias experiências, e o de «economia social», que deve se reinventar no Sul e no Norte para evitar cair na armadilha simplista de uma concordância evolutiva entre o Norte e o Sul.

Um debate inicial, com relação às iniciativas de economia social, gira em torno de duas hipóteses ligadas às condições de surgimento : estas iniciativas nasceram em grupos submetidos às necessidades não satisfeitas (condições de necessidade) ou ainda, elas apareceram em grupos unidos por uma identidade coletiva ou um destino comum (condições de coesão social).

⁵ Sigla para *Instrumentos Sociais contra a Exclusão e a Pobreza* (Social Tools against social Exclusion and Poverty STEP)

O outro debate conceptual é muito importante na perspectiva internacional e trata da situação da economia social com relação ao Estado e ao setor privado : a economia social seria um setor distinto que começaria onde os outros dois teriam fracassado, ou se desenvolveria em oposição a eles (seria ainda necessário que os outros setores existam e funcionem tal como descrito). Este tipo de consideração sugere um tipo de equilíbrio entre os três setores e pouca interação da economia social com estes últimos. Ora, seria preciso se certificar de que : 1) a economia social não é homogênea – as iniciativas têm origens, características e finalidades diversas, não limitadas à sua oposição aos dois outros setores; 2) este setor não está enclausurado, mas em interação constante com os outros dois.

O uso do conceito de economia social tem uma origem ocidental, colorida por seu contexto. O estudo confirma que as formas de organização social inovadoras surgem em países do Sul, mas é preciso ter prudência quanto à transposição conceptual da noção de «economia social» em realidades que permanecem distintas como as do Norte e as do Sul.

III- Movimentos sociais e economia social e solidária : dois exemplos

1) A economia social como conceito integrador no Oeste Africano

Segundo Abdou Salam Fall, o conceito de economia social e solidária está um pouco presente no discurso de agentes de desenvolvimento, enquanto que as práticas de economia social são muito importantes tanto nas cidades quanto no meio rural africano. Estas práticas devem estar situadas num contexto histórico próprio da região, onde a economia foi historicamente voltada para as necessidades da metrópole colonial, uma realidade sempre presente no Estado pós-colônia. Os programas de ajuste estrutural, o recuo do Estado e da economia estruturada mostraram a importância dos agentes do informal, presentes muito antes da crise, mas, durante o desenvolvimento econômico, deixados ao azar tanto pelos pesquisadores quanto pelo Estado. Segundo o autor, a estratégia de sair da crise através de esclarecimentos diários criou reservas inimagináveis de riqueza. Atualmente, os setores não-enquadrados e menos financiados – portanto menos dependentes do Estado – ofereceriam as possibilidades de redistribuição e retomada econômica.

O conceito de economia social e solidária gera um campo largo composto de agentes da economia popular, do setor informal, dos movimentos sociais, etc. Este conceito integrador porém multiforme está ligado a um empresariado que, mesmo alargando seu campo de ação, mantém as dimensões humanas e procura acumular para redistribuir. A economia social também é apoiada por um forte senso comunitário no qual os grupos vêm buscar sua identidade. Ela é uma economia que se apóia nas redes onde a confiança, baseada no interconhecimento, é o princípio motor. São atividades nascidas de uma tradição em negócios nos setores não-enquadrados onde se criou a riqueza a partir de linhagens, etnias ou grupos.

Esta economia não atrapalha as normas do modelo reconhecido e mobiliza os agentes que desenvolvem suas atividades em função de suas relações. Trata-se de um sistema de encargo social definido pela comunidade que produz inúmeras valorizações materiais ou não, assim como o local por excelência de invenção de novos valores de produção e redistribuição. Ainda assim, no Oeste Africano, a formação de redes é muito difícil, pois o faccionalismo está sempre muito presente. A questão é de saber se o conceito de economia social poderá ser integrador de práticas já relativamente bem estabelecidas nesta região.

2) O surgimento de um espaço público no Peru

Alfonso Cotera desenhou um panorama dos movimentos sociais surgidos no Peru há mais de um século.



Sem dúvida alguma, o primeiro foi o movimento sindical que permitiu à classe operária entrar no cenário sociopolítico do país. No entanto, a partir da década de 70, ele perdeu muito de sua influência ideológica. Por outro lado, o movimento camponês se desenvolveu sobretudo no período entre 1950-1960 e orientou sua ação para a

luta pela posse da terra. Tal luta será concretizada através da reforma agrária feita pelo governo Velasco na década de 70. Porém, esta reforma não terá sucesso porque ela foi instituída de forma burocrática e vertical. O êxodo rural dos últimos quarenta anos enfraqueceu ainda mais esta reforma. Um terceiro movimento, desta feita urbano, desenvolveu-se após a migração e mobilização principalmente dos setores mais pobres. Entre os anos 1980-1990, este movimento popular urbano soube diversificar sua atividade, principalmente no que concerne o engajamento majoritário de mulheres. Desta forma, este movimento voltou-se, por exemplo, para questões como o acesso aos serviços de saúde e nutrição. Finalmente, nos anos 70, o último movimento foi de natureza mais cultural, integrando diversas classes sociais, entre as quais, estudantes, jovens, « a igreja dos pobres » e intelectuais.

Estes movimentos foram por muito tempo caracterizados por uma visão coletiva, desenvolvendo-se em estreita relação com os partidos políticos de esquerda e, principalmente, adotando uma política de oposição ao Estado.

No entanto, após vinte anos, com a reestruturação da economia mundial e a revisão da relação capital-trabalho em favor do capital, estes movimentos estão em plena redefinição. O primeiro questionamento refere-se ao vínculo indivíduo-sociedade: os cidadãos procuram cada vez mais organizações internacionais que representem seus interesses. Assistimos à multiplicação de redes que favorecem uma participação livre e flexível e o pluralismo de engajamento político. O segundo questionamento refere-se à relação Estado-movimentos sociais: observa-se uma transformação da relação unidirecional tradicional, na qual o Estado assumia a representação da sociedade e tinha relações paternalistas com as organizações sociais. Assim, com a crise do Estado social e a queda do Muro de Berlim, surge uma esfera pública não-estática, na qual se elaboram proposições de renovação da democracia (democracia direta, participativa, etc.). Muito mais que o confronto direto, este espaço não-lucrativo e participativo favorece o diálogo e a cooperação o que permite a elaboração de alternativas. Finalmente, o terceiro questionamento: uma relação entre os movimentos sociais e o mercado. Trata-se da humanização da economia que surgiu, por exemplo, pelo intermédio de movimentos de consumidores ou movimentos ecológicos.

Nesta perspectiva política e ética, a qual valoriza a pessoa e favorece sua inclusão social, a economia solidária encontrou seu lugar, principalmente no que concerne três desafios: 1) o desenvolvimento local que visa a melhorar as condições de vida de maneira durável e integral para os membros de uma localidade, reforçando as capacidades próprias de pessoas, grupos, organizações e comunidades, principalmente através de circuitos de trocas da economia social entre os diferentes setores de produção, serviços, consumo e as autoridades locais; 2) a construção de uma cidadania e de uma democracia que permitam a participação nas tomadas de decisão; 3) finalmente, o papel principal da economia social na globalização da solidariedade, através de uma estratégia internacional de agentes econômicos e sociais de diversas localidades, regiões e países.

3) A ação religiosa na luta contra a pobreza

Ray Brownley estuda, partindo da experiência americana (Estados-Unidos), o caso do movimento religioso no desenvolvimento comunitário. Segundo o autor, este fenômeno está vinculado ao surgimento de um terceiro setor não estático, baseado numa tradição humanista e filantrópica e inscrito na luta contra a pobreza. Ele isola várias razões que explicam a importância deste setor na luta contra a pobreza, entre eles o fato de que os valores religiosos propõem auxílio aos pobres e que as religiões enfatizam a moralidade e a responsabilidade individual. O autor afirma que o desenvolvimento comunitário baseado na fé corre vários riscos como: 1) a falta de experiência dos interventores da organização; 2) os poderes públicos que podem procurar controlar as associações para acrescentá-las às suas bases eleitorais; 3) os recursos provenientes de fundações religiosas que podem ser atribuídos a partir de critérios

discriminatórios ou de sanções morais. Finalmente, segundo o autor, este tipo de desenvolvimento comunitário é um divisor potencial e pode ser utilizado como um paliativo para a desresponsabilização de governos ou como meios de transferir fundos isentos de impostos a seus aliados políticos.

IV- O elo entre os movimentos sociais e a economia social e solidária

Segundo Marguerite Mendell, os movimentos sociais aparecem como uma via de resistência à mundialização neoliberal e, como o movimento de mulheres ou de ecologistas, para influenciar os compromissos de seus governos em pouco tempo. Este movimento mundial de resistência, que soube se



formar graças a outros instrumentos de comunicação, obteve algumas vitórias : o fracasso do Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI), a capacidade de integrar certas questões à agenda e um aumento da sensibilização da opinião pública quanto a grandes questionamentos – ainda que os encontros como o de Lima sejam menos conhecidos. Estes movimentos sociais serão efetivos se eles conseguirem criar novas práticas democráticas (como, por exemplo, a política dos orçamentos participativos na cidade de Porto Alegre) e uma agenda cidadã paralela, evoluindo à margem dos debates políticos dominantes.

À margem dessas reivindicações, encontra-se um setor criador de instituições, que tem êxito onde o Estado e o mercado não o têm, que se baseia num desenvolvimento mesoeconômico apoiado por

negociações com Estado, setor privado e grupos progressistas. Este setor, bem representado pela economia social, constitui, segundo a autora, um microcosmo de combates em favor de uma expansão da Democracia. Todavia, existem diversos pontos de divergência entre estas organizações e os movimentos reivindicatórios. Estes últimos consideram ou que a economia social é inaceitável como alternativa, ou então que ela é muito limitada e se torna instrumento da privatização e da sectarização. Para Marguerite Mendell, uma solidariedade entre os dois só é possível quando estas incompreensões forem resolvidas e passarem por iniciativas que sejam o produto de uma ação parceira. Assim, segundo a autora, a institucionalização pelos governos da economia social passa a ser uma vitória para aqueles que querem demonstrar as capacidades deste tipo de economia. A solidariedade entre movimentos sociais e economia social pressupõe uma solidariedade entre a resistência e a construção baseada no objetivo de instituir uma economia cidadã através de lutas em diversas frentes. Em nível internacional, esta solidariedade passa pela valorização da economia social como conceito federalizante de iniciativas do qual as pessoas do Sul devem se reapropriar.

4. DECLARAÇÃO DE QUEBEC E DESAFIOS E PRIORIDADES RETIRADOS DOS TRABALHOS DOS ATELIÊS

1. A economia social e solidária e a outra mundialização

1.1 Frente à ausência de regulamentação da economia mundial, à pobreza galopante que leva à exclusão de uma parte crescente da população, principalmente de mulheres e crianças, e frente às ameaças ao equilíbrio ecológico do planeta, surgem as contratendências com as quais convivemos. Somos cidadãos e cidadãs portadores de iniciativas que tomam forma no espaço de inovação liberada pela crise. Conhecemos estas iniciativas pelo termo economia social e solidária no sentido encontrado na *Declaração de Lima* :

A economia solidária apóia-se na cooperação, na partilha e na ação coletiva. Ela situa o ser humano no centro do desenvolvimento econômico e social. A solidariedade em economia estabelece-se através de um projeto econômico, político e social que provoca uma nova maneira de fazer política e de estabelecer as relações humanas numa base de consenso e agir cidadão.

1.2 A economia social e solidária está comprometida com a elaboração de respostas aos problemas trazidos pela mundialização. Ela participa da construção de uma nova maneira de viver e de pensar a economia. Com o intermédio de milhares de projetos, a sociedade civil se reconstrói principalmente através do movimento associativo dos países do Norte e do Sul, o que demonstra, de uma certa forma, o desejo de uma outra mundialização.

1.3 Nós consideramos que o desenvolvimento local, a economia social e solidária, assim como uma sociedade civil forte fazem parte dos dados fundamentais do desenvolvimento. Estas afirmações de identidade das coletividades contribuem para uma redefinição do desenvolvimento. Elas trazem à tona novas instituições, meios de ação e demonstram a capacidade das iniciativas locais de terem um impacto sobre os processos de desenvolvimento em níveis nacional e internacional.

1.4 O movimento é embrionário, muito diversificado e heterogêneo. Nem todas as suas estratégias são convergentes e suas posições são frequentemente defensivas. A resistência política afirma-se vigorosamente e força as grandes instituições e os Estados a corrigir as orientações que lhe propõem os eminentes do neoliberalismo.

1.5 Mas ela é também uma proposição. As tendências vão surgindo e só é preciso explorá-las considerando o desejo destas redes e organizações de encontrar soluções para problemas concretos à

medida que eles surgem. O momento parece propício para as colaborações em torno de finalidades comuns de democratização do desenvolvimento. As mobilizações sociais de Seattle e Porto Alegre são símbolos de uma estratégia com dois eixos que não são exclusivos, mas que podem se reforçar mutuamente : 1) resistência política e organização necessária de contrapoderes; 2) construção de um novo pólo de desenvolvimento com a finalidade de avançar o princípio de solidariedade no conjunto da economia.

1.6 Estes movimentos sociais têm um potencial de duração, porque as aspirações por uma cidadania ativa se expressam cada vez mais explicitamente no cenário político; porque alguns Estados e instituições internacionais as sustentam; porque as passarelas se consolidam entre os movimentos sociais internacionais; porque as novas tecnologias da informação permitem se comunicar em tempo real em todo o planeta.

1.7 Esta energia permite a expressão enérgica de proposições e projetos alternativos para as grandes questões internacionais e a aparição de novas formas de cooperação internacional.



Humberto Ortiz Roca, do GRESP, lê a *Declaração de Quebec*

2. Nossas prioridades para uma outra mundialização

Nós desejamos que a economia social e solidária participe

- 2.1 no controle à economia mundial;
- 2.2 do respeito e da proteção ao meio ambiente;
- 2.3 no domínio da mudança de emprego, do trabalho e da produção social;
- 2.4 da análise e transformação da interação entre a ordem econômica neoliberal e a ordem patriarcal;
- 2.5 na democratização do desenvolvimento.

Para tanto, nós identificamos os desafios comuns a todos os setores de atividade e os desafios específicos das grandes oficinas de economia social com as quais nos comprometemos.

3. Os desafios comuns ao conjunto de oficinas da economia social e solidária

3.1 É preciso desenvolver logo a identidade da economia social e solidária em torno de valores compartilhados e de uma projeto de democratização em parceria com o Estado tanto no Norte e no Sul;

3.2 O potencial transformador das experiências das mulheres no domínio da economia social e solidária deve ser visto e utilizado para a elaboração de um novo modelo de organização social e de desenvolvimento;



3.3 Cada uma das prioridades é acrescida das questões e práticas vinculadas à mulheres;

3.4 O relatório para o Estado é problemático e necessita de esclarecimentos; ele é feito diferentemente no Norte e no Sul e deve ser contextualizado :

- no Norte, as relações entre as empresas de economia social e solidária e o Estado são conflituosas e há uma tensão entre a autonomia e o reconhecimento dessas iniciativas;
- no Sul, há uma falência do Estado e esta ausência torna precárias as empresas da economia social e solidária;

3.5 A economia social e solidária não é somente uma resposta às necessidades, mas um exercício de cidadania ativa;

- 3.6 Nós precisamos de metodologias democráticas para a economia social e solidária; trata-se de um chamado ao desenvolvimento de indicadores apropriados para a avaliação das contribuições de diversos agentes sociais.
- 3.7 Nós devemos fazer com que o caráter estrutural da pobreza seja reconhecido.
- 3.8 As regras do mercado fragilizam a mão-de-obra das empresas de economia social e solidária que concorrem em nível de produção. Elas se enfrentam no desafio de contribuir para a democratização do mercado.
- 3.9 É preciso evitar que o desenvolvimento seja medido através de indicadores da economia do mercado neoliberal. Devemos elaborar indicadores de desenvolvimento que correspondam às características específicas e que estejam à altura dos valores que identificam a economia social e solidária;
- 3.10 É necessário concretizar a vontade manifesta de cooperação entre as empresas de economia social e motivá-las a constituírem redes para evitar a competição; é preciso também favorecer a cooperação entre os campos da economia social e solidária;
- 3.11 A economia social e solidária deve considerar que o desenvolvimento só tem sentido se ele respeitar a saúde e o meio ambiente.

4. Os desafios específicos das principais oficinas

4.1. Economia social e solidária e financiamento para o desenvolvimento local

4.1.1 A gestão democrática dos fundos da economia social e solidária: é preciso que as pessoas controlem o financiamento e que lhes sejam dados os meios de desenvolver sua competência para tanto, tais como a utilização dos financiamentos complementares como os bancos de tempo e a moeda social;



4.1.2 O acesso aos fundos para a economia social e solidária: é preciso que fundos suficientes estejam disponíveis, que os critérios de acesso e avaliação sejam os da economia social e solidária. Para tornar os fundos acessíveis, é preciso reforçar as alianças com os movimentos sociais — por exemplo, os sindicatos

ou as cooperativas — que possuem os meios de mobilizar o financiamento. É preciso também investir nas parcerias Norte-Sul de microcrédito e de investimento financeiro;

4.1.3 Relativamente às fontes públicas, verificar a diferença entre o Norte e o Sul , onde nem sempre o Estado desempenha um papel na redistribuição social da riqueza.

4.2. Economia social e solidária e desenvolvimento local

4.2.1 A participação das populações é uma questão-chave da economia social e solidária em desenvolvimento local; a participação é a possibilidade de tomar a palavra, de se organizar coletivamente e de incluir as populações marginalizadas;

4.2.2 Na área do desenvolvimento local, a reintrodução do social passa pela mobilização e responsabilização dos agentes, e pela instauração da solidariedade no financiamento, produção, acesso ao mercado, distribuição e consumo;



economia social e solidária;

4.2.3 Na área do desenvolvimento local, a economia social e solidária se inscreve nas relações e na divisão de poder: a concertação com os outros setores da coletividade e a negociação com os poderes públicos se manifestam como a entrada política da economia social e solidária; de maneira mais particular com os governos locais que devem reforçar as experiências de

4.2.4 A economia social e solidária precisa inscrever iniciativas locais em âmbitos maiores, que sejam também regionais, nacionais e internacionais.

4.3. *Economia social e solidária e cooperação internacional*

4.3.1 O co-desenvolvimento Norte-Sul é a identificação de interesses recíprocos sobre os quais se realizam as parcerias, as partilhas de conhecimento e a co-aprendizagem do desenvolvimento nas práticas mercantes equitáveis;

4.3.2 Os investimentos devem ser feitos em projetos concretos e em função de objetivos pensados e desenvolvidos pelos povos do Sul;

4.3.3 A cooperação internacional e os investimentos não devem ser feitos sem ter em consideração o problema da dívida externa, cujo peso afeta diretamente as possibilidades desenvolvimento dos países devedores.

4.4. *Economia social e solidária e serviços de proximidade*

4.4.1 Há uma tensão entre a vontade de autonomia nas organizações e os colaboradores com outros agentes que possuem compromissos nas relações tanto com o Estado como com o mercado;

4.4.2 O reconhecimento do trabalho das mulheres é extremamente determinante nos serviços de proximidade;

4.4.3 Há uma questão na passagem do privado ao coletivo: de um lado, na produção de serviços na área doméstica; do outro, a transferência para o empresariado coletivo de produções feitas pela empresa privada.

4.5. *Economia social e solidária e políticas públicas*

4.5.1 No Norte, o reconhecimento da economia social e solidária tem certo avanço. O desafio é a manutenção da autonomia das organizações de base e a prática de uma colaboração conflituosa entre agentes de identidades diferentes;

4.5.2 No Sul, a autonomia das organizações de base já foi adquirida em grande parte, mas com o preço de um não-reconhecimento; elas devem conquistar a co-gestão de programas e a co-construção com o Estado;



4.5.3 Existe a necessidade de construir alianças duradouras que pesem sobre as políticas públicas.

4.6. Economia social e solidária e habitação

4.6.1 A habitação deve ser considerada como um espaço de recomposição do vínculo social;

4.6.2 É preciso desenvolver projetos de habitação, comportando outros serviços que colaborem para o desenvolvimento das comunidades;

4.6.3 É preciso denunciar o desinvestimento ou o não-investimento do Estado no financiamento de habitação .

4.7. Economia social e solidária e transferência de conhecimento

4.7.1 Existe a necessidade de elaborar metodologias participativas para passar da transferência à partilha e criação de saberes; isto passa pela valorização das experiências, estágios de integração, etc;

4.7.2 As transferências de tecnologia devem ser feitas sem criar uma distância social nos meios que as recebem;

4.7.3 É preciso avaliar as necessidades para responder, de forma transparente e equitável, às necessidades reais.

4.7.4 É preciso fornecer às mulheres meios financeiros para participar das formações.

4.8. Economia social e solidária e comércio equitável



4.8.1 É preciso aplicar os princípios de equidade a todas as etapas da corrente : produção e distribuição equitáveis, mas também consumo ético;

4.8.2 O comércio equitável pode desencadear perturbações no desenvolvimento local, modificando as regras locais de compra ou de manutenção de empregos : o desafio é aprender administrar este tipo de tensão;

4.8.3 A certificação dos produtos para o comércio equitável desencadeia custos consideráveis e não deixa espaço para a contribuição dos parceiros : há um desafio para desenvolver uma contribuição participativa.

4.9. Economia social e solidária e emprego

4.9.1 Nós precisamos desenvolver uma análise mundial do mercado de trabalho;

4.9.2 Nós devemos desenvolver trocas de proposições entre o Norte e o Sul na luta contra a precariedade de trabalho e por empregos de qualidade;

4.9.3 É preciso que as empresas de economia social se inscrevam nas diligências pelo desenvolvimento local;

4.9.4 É preciso lutar pela criação de empregos dignos e desenvolver medidas de proteção social para os trabalhador(a)s das empresas de economia social e solidária.

4.10 Economia social e solidária e meio ambiente

4.10.1 A economia social e solidária deve contribuir para a prevenção ambiental : devemos respeitar o meio ambiente muito mais do que tentar controlá-lo;

4.10.2 A responsabilidade de educar a população passa pela informação sobre os resultados obtidos por estas empresas em termos de recuperação , reutilização e reciclagem;

4.10.3 Temos a responsabilidade de uma ação de vigilância conjunta Norte-Sul quanto aos impactos ambientais das multinacionais no Sul;

4.10.4 É preciso começar a mudança nossos hábitos de consumo para que uma mudança decisiva no meio ambiente seja possível em nível mundial.

4.11 Economia social e solidária, artes e cultura

4.11.1 A cultura é uma dimensão da vida ; ela dá sentido à vida. A produção cultural deve considerar a diversidade que isto implica. Nesse sentido, ela é uma via de resistência ao modelo único;

4.11.2 O turismo social desenvolvido por empresas de economia social do Norte e do Sul contribui para este objetivo.

4.12 Economia social e solidária e paz

- 4.12.1 A economia social e solidária pode ter um papel importante no processo de paz e reconciliação nos meios em conflito, tal como demonstram as experiências na África do Sul, na Irlanda do Norte, na antiga Iugoslávia, na Colômbia e no Peru;
- 4.12.2 A economia social e solidária pode intervir particularmente na mediação entre as partes em conflito, orientando o processo de desenvolvimento quanto aos interesses comuns a serem conservados e/ou restaurar a coletividade e o meio de que todos dependem;
- 4.12.3 A intervenção social e ambiental realizada em parceria ou coletivamente pelas antigas partes em conflito pode ter um efeito de apoio, reconciliação e/ou cura;
- 4.12.4 Como as mulheres estão entre as primeira vítimas da guerra e da violência, elas estão freqüentemente nos bastidores das negociações; as mulheres deveriam desempenhar um papel mais visível no desenvolvimento local;
- 4.12.5 Um inventário de práticas com sucesso no mundo deveria feito, colocando em evidência as causas econômicas que favorecem o surgimento de conflitos e da violência.

4.13 Economia social e solidária e agricultura

Convém integrar às grandes oficinas da economia social e solidária a questão agrícola, para que seja principalmente considerada a segurança alimentar numa perspectiva de divisão da riqueza e do preço justo dos produtos agrícolas.

5. Coordenar no plano internacional nossos esforços para apoiar as redes de economia social e solidária

- 5.1 Desejamos criar uma comissão de ligação formada de quatro (4) pessoas para cada um dos continentes (América Latina e América do Norte, Europa, África, Ásia e Oceania). Cada comissão descentralizada cuidará da utilização das prioridades que definimos e permitirá a estivagem entre as redes. Para este fim, ela terá a responsabilidade de constituir uma equipe técnica para apoiar o processo de ligação internacional.
- 5.2 Esta comissão internacional de ligação será auxiliada por uma equipe técnica que terá como tarefas:
- 5.2.1 A difusão de debates, experiências, conhecimentos das empresas de economia social e solidária;

- 5.2.2 A criação de revezamento para as experiências e as redes que as desenvolvem;
- 5.2.3 O auxílio à criação de redes de empresa e de economia social e solidária;
- 5.2.4 O inventário das redes e o auxílio às redes nacionais;
- 5.2.5 A contribuição à luta ideológica em favor da economia social e solidária, principalmente através da presença da economia social e solidária nos fóruns internacionais;
- 5.2.6 Ser, no prolongamento dos encontros de Lima e de Quebec, o agente principal e indispensável do 3º Encontro Internacional sobre Globalização da Solidariedade, incluindo a pesquisa do financiamento solicitado.

6. O 3º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade deve respeitar o princípio da alternância Norte Sul.



Após os debates em sessão plenária, em conformidade com o princípio de alternância Norte-Sul, os participantes do Encontro de Quebec vão se reunir para um 3º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade em Dacar (Senegal), em 2005.

Abdou Salam Fall convida a assembléia para ir a Dacar em 2005

5. AS DECLARAÇÕES DE MOVIMENTOS



Sentados :
Marie-Hélène
Méthé, Chantier de
l'économie social
du Québec, Marc
Laviolette, CSN,
Laurent Pellerin,
UPA
e Gérald Larose,
GESQ

«Os homens e as mulheres que vivem da agricultura devem estar no centro da mundialização de uma economia social e solidária» Quebec, 11 de outubro de 2001

Durante um encontro convocado pela União de Produtores Agrícolas (UPA), em torno de sessenta representantes de organizações agrícolas decidiram pela necessidade de inscrever a agricultura no centro do desenvolvimento de uma economia social e solidária.

A agricultura deve ser reconhecida, segundo afirma o Sr. Pellerin, presidente da União dos Produtores Agrícolas do Quebec (UPA), não unicamente como um setor vital de atividades econômicas, mas também como uma atividade humana no centro de um compromisso social e solidário. Em nome de todos os participantes presentes neste encontro, ele também afirmou que “É essencial que as pessoas que vivem da agricultura, tanto no Norte quanto no Sul, sejam consideradas durante a elaboração e aplicação de projetos de economia social e solidária [...], assim como nas problemáticas específicas que obstaculizam o desenvolvimentos dessas pessoas”.

«Este projeto deve dar à agricultura um lugar especial, pois a segurança alimentar é, para cada cidadão do mundo, uma prioridade absoluta. Através de uma melhor divisão das riquezas no planeta, chegaremos à aplicação universal deste direito fundamental, comum à humanidade.»

Convencido de que a ação coletiva e a criação de redes darão maior peso às reivindicações dos produtores agrícolas do Sul, a UPA, através da ação de sua corporação de desenvolvimento internacional (UPA DI), pretende continuar apoiando a formação de reagrupamentos de agricultores e dará continuidade a seus programas de formação de líderes agrícolas na África, na América Latina e na Ásia.



No centro, Laurent Pellerin, presidente da União dos Produtores Agrícolas do Quebec

A UPA sabe que, apesar da amplitude das dificuldades enfrentadas pelas organizações de agricultores do Sul (reforma agrária, dívida dos Estados, etc.), compartilhar e trocar experiências pode ser

benéfico para a maioria das organizações agrícolas do mundo. A título de exemplo, a mercantilização coletiva é, segundo o Sr. Pellerin, um modelo no qual outros podem se inspirar. É, na verdade, uma maneira realista de fazer o «comércio equitável» já que permite uma relação mais saudável entre os intervenientes na cadeia alimentar.

«O comércio não pode ser «caritativo», concluiu o porta-voz da UPA, e para ser verdadeiramente equitável, o comércio de produtos agrícolas deve ser também economicamente viável. Para que todos os que cultivam a terra possam esperar atingir este objetivo, devem ser reunidas condições que pressupõem um esforço de solidariedade sem precedente no plano internacional.»

A UPA convidou os participantes do 2º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade a reforçar a concertação em nível mundial, a fim de estabelecer um projeto global de economia social e solidária.

**DECLARAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO 2º ENCONTRO INTERNACIONAL
SOBRE A GLOBALIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE
PROVENIENTE DO MOVIMENTO SINDICAL**

A HISTÓRIA DA ECONOMIA SOCIAL PASSA PELA DO SINDICALISMO

Quebec, 10 outubro de 2001

Somos homens e mulheres militando na frente de trabalho e do emprego em diversos países do Sul e do Norte. Somos militantes sindicais nas lutas pelo reconhecimento do justo valor do trabalho para eliminar o desemprego, a precariedade de trabalho e as diversas formas de discriminação no mercado de trabalho, principalmente com relação às mulheres. Militamos para garantir uma melhor redistribuição do trabalho e da riqueza em nossas sociedades.

No curso de sua história, o movimento sindical foi chamado para desempenhar um papel pró-ativo em matéria de desenvolvimento, para unir a causa dos trabalhadores sindicalizados às lutas sociais contra a exclusão e a pobreza, contra o subdesenvolvimento ou o mal-desenvolvimento das coletividades, contra a pilhagem dos recursos naturais.

Mais do que nunca, ele deve continuar a agir nos locais de trabalho e fora deles, a alargar sua ação em diferentes dimensões de condições de vida das pessoas e comunidades, aliado a outros componentes da sociedade civil, comprometido com o desenvolvimento social e o desenvolvimento sustentável.

A mundialização da economia, a globalização dos mercados, a desregulamentação, a privatização são realidades apresentadas como fatais por um discurso neoliberal que se tornou dominante. As organizações sindicais no sei das quais nós militamos se opõem com energia à dominação das leis mercadológicas sobre as realidades sociais e a vida dos povos.

Nós consideramos que as experiências de economia social e solidária em todo o mundo trabalham diariamente para que a economia seja subordinada a imperativos sociais e democráticos. As primeira experiências de economia social no século passado (caixas de auxílio mútuo, companhias mutualistas, etc.) foram obra do movimento operário para conter os efeitos do capitalismo selvagem. A história da economia social passe pela história do sindicalismo. Consideramos que militantes sindicalizados e empresários sociais participam de um mesmo movimento de renovação e transformação sociais. Eles defendem os mesmo valores de justiça, solidariedade, Democracia e direito ao desenvolvimento.

A economia social e solidária deve ser vista como uma contribuição essencial ao aumento de espaços democráticos. O contexto atual exige estratégias diversificadas. Para que o desenvolvimento econômico



produza desenvolvimento social, julgamos necessário que as estratégias estejam em diversos níveis: através da ação dos assalariados e de seus sindicatos, para favorecer a democratização da gestão das empresas e da organização do trabalho; da mobilização das coletividades locais para que elas disponham dos meios de se incumbir de seu desenvolvimento; da vigilância e pressões da sociedade civil,

para que o Estado assuma suas funções de regulamentação da atividade econômica e de redistribuição da riqueza.

Afirmamos que é igualmente fundamental que as solidariedades se construam internacionalmente para impedir as desigualdades intoleráveis entre os povos e para que surja uma outra mundialização, aquela centrada no reforço dos direitos democráticos. É com esse espírito que participamos do Segundo Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade.

Com o mesmo espírito, subscrevemos a proposição para que seja constituída uma coordenação internacional de economia social e solidária. Acreditamos que uma iniciativa dessa ordem represente um instrumento adicional para aumentar o diálogo Norte-Sul e a troca de experiências entre todos aqueles que lutam por um mundo solidário.

A DECLARATION DO CAUCUS DAS MULHERES PRESENTES NO 2º ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE A GLOBALIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE

O POTENCIAL TRANSFORMADOR DA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NO DOMÍNIO DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA DEVE SER MAIS VISÍVEL E MAIS RECONHECIDO

Quebec 9 de outubro de 2001



Durante este encontro reuniram-se mais de 50 mulheres de diversos continentes, o caucus das mulheres concorda com os seguintes elementos :

- ♦ O caucus das mulheres pede que o potencial transformador das experiências das mulheres no domínio da economia social e solidária seja visível e utilizado na elaboração de um novo modelo de organização social e de desenvolvimento.
- ♦ O caucus das mulheres solicita que uma quinta grande orientação seja acrescentada às grandes orientações da coordenação internacional por uma outra mundialização : « a participação da economia social e solidária na análise e transformação da inter-relação entre a ordem econômica neoliberal e a ordem patriarcal. »

O caucus das mulheres reconhece a importância das treze prioridades retidas para o período 2001-2006. Neste relatório, no entanto, solicita que cada uma das prioridades seja explicitamente estendida através de questões e práticas relativas às mulheres.

- ◆ Finalmente, o caucus das mulheres constata a pouca representação das mulheres no presente encontro, particularmente de suas instâncias organizacionais. Conseqüentemente, o caucus das mulheres solicita que daqui por diante seja respeitada a paridade em qualquer iniciativa ou organização relativa a este encontro e suas atividades ulteriores.

Nesse sentido, o caucus das mulheres solicita igualmente que cada uma das delegações continentais que se reunirão no dia 11 de outubro seja composta de seis membros, entre os quais, três mulheres.

Testemunhos dos representantes políticos e dos representantes de grandes organizações no 2º Encontro Internacional de Quebec⁶

Por Louis Favreau e René Lachapelle

O Segundo Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade, realizado em Quebec em 2001, possibilitou que políticos e representantes de grandes instituições tomassem a palavra. Suas proposições ilustram bem que os Estados e as organizações internacionais reconhecem a «lei da proximidade» para as populações e o valor das organizações da sociedade civil que se mobilizam em torno de iniciativas de desenvolvimento local e de economia social e solidária. Mesmo não dispondo de suas alocuções, fazemos um breve resumo no texto seguinte.

Os presidentes do primeiro e do segundo encontros



Humberto Ortiz, representante do Grupo Red Economia Solidária do Peru (GRESPE), organização que sediou o primeiro encontro internacional em Lima, fez uma exposição sucinta dos fatos (1997-2001). «Trabalhamos em rede principalmente no plano internacional, mas nosso nível de organização não é suficiente nesta escala se quisermos ter um reconhecimento maior desta outra maneira de tratar o desenvolvimento econômico».

Por sua vez, **Gérald Larose**, presidente do Grupo de economia solidária do Quebec, deu no mínimo sete



razões que tornam possível uma outra mundialização, salientando as linhas de força do texto-chave do encontro apresentando a conjuntura internacional, cujo título é «Resistir e construir». Encerrando sua comunicação, ele afirmou que doravante é preciso não somente «agir localizadamente e pensar globalmente» mas também «agir globalmente e pensar localizadamente».

Os representantes políticos da América Latina, Europa, América do Norte e da África

Roberto Rodriguez, presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), referiu a situação atual, feita de instabilidade política acrescida de uma estagnação econômica em diversos países. Sua opinião é de que este estado de coisas constitui uma séria ameaça para a democracia e a paz. Como resolver esta questão? Na

⁶ Lembramos aos leitores deste texto que o Segundo Encontro ocorreu apenas algumas semanas após 11 de setembro de 2001. Portanto, as apresentações deixam transparecer os sentimentos trazidos pelos acontecimentos dessa data.

qualidade de presidente de uma instituição internacional de economia social, ele lembrou que, durante um tempo, algumas pessoas acharam que as cooperativas poderiam representar uma terceira via entre a economia de mercado e a economia planejada. Porém, com a queda do muro de Berlim em 1989, o jogo mudou. Em nível internacional, não há mais primeira ou segunda via: «De uma certa forma, somos



obrigados a repensar o desenvolvimento em novos termos». As cooperativas participam desta renovação do modelo de desenvolvimento, como demonstra a nova vaga de cooperativas que surgem em todo o mundo. «É sobre uma base comunitária que os problemas são resolvidos e um papel preponderante é dado às cooperativas graças à sua filosofia de solidariedade.» Ele referiu que as cooperativas agrupam oitocentos milhões de pessoas no planeta: se cada uma recrutasse outras três, a Terra teria aproximadamente dois bilhões e meio de novos partidários de uma economia solidária.



Lorraine Guay, da Marcha mundial das mulheres, convidou para discutir «protesta» e «propuesta». «A economia atual é racista, sexista, destruidora do meio-ambiente e belicosa», declarou logo no início, acrescentando que «o mundo está cego para o sexismo». A economia da vida cotidiana é uma «economia de relações humanas» que questiona profundamente «a noção de produtividade» entre tantas atividades sem nenhuma rentabilidade social. Ela convidou a assembléia para centralizar seus trabalhos no «combate por ser e viver junto» como uma forma de introduzir na economia «desafios de responsabilidade e de solidariedade» para os quais as soluções existem como pode atestar o comércio equitável.

Monsenhor **François Lapierre**, bispo de Saint-Hyacinthe, pediu que «os pobres saibam se organizar. Eles



souberam desenvolver uma economia informal que lhes permitiu viver e sobreviver.» Ele defendeu uma mundialização pelas bases, através das classes populares, nos países do Sul. A partir desta economia, seria possível sobreviver. A criatividade e a solidariedade nas comunidades de base podem se tornar, mesmo com o mínimo apoio que elas podem receber, uma economia social e solidária. Este

novo contexto nos incentiva a reencontrar o que há de melhor nas grandes tradições religiosas da humanidade» que propõem à sua maneira um viver em conjunto. «Sonhamos com uma nova ordem mundial. Será que a chave para tanto não é a solidariedade?» Monsenhor Lapierre concluiu afirmando que «a outra mundialização é um forte sinal de esperança».



Miguel Azcueta, antigo prefeito da Cidade de El Salvador, uma favela de 350,000 habitantes nos arredores de Lima, Peru, pediu para que «a paz faça parte da nova mundialização que queremos construir». Artesão da transformação desta favela em município, produzindo serviços com as associações de bairro distribuídas sistematicamente por todo o território, ele afirmou veementemente que a economia social e solidária e o desenvolvimento local são elementos-chave desta construção.



Moussa Konaté, encarregado de projetos em desenvolvimento local no Mali, contou-nos o que um sábio de seu vilarejo lhe disse antes de sua partida para o Quebec, manifestando por assim dizer sua intuição sobre as condições de uma internacionalização sólida da economia social e solidária no planeta : «Ver-se uma vez vale mais de enviar mil mensagens».

Guy Hascoët, secretário de Estado para a economia solidária na França, insistiu sobre a necessidade não apenas de resistir, mas principalmente de construir. Ele reiterou sua condição quanto ao importante papel que a sociedade civil desempenha «na organização inteligente de bens e serviços para as famílias e as comunidades». «Se a economia social e solidária tem uma dimensão eminentemente local e territorializada,



ela necessita inscrever-se em uma dinâmica geral porque seu desenvolvimento é inseparável da democracia nacional e internacionalmente. Ele é inseparável da conquista democrática.» Ele considera urgente «que o setor da economia social e solidária seja reconhecido pela ONU como um dos componentes da sociedade civil» e seja primordial que instâncias como a Organização Mundial do Comércio «possam ouvir [as] reivindicações sobre o comércio equitável antes de tomar decisões que pesem sobre o destino dos povos». A economia social e

solidária deve trabalhar para obter seu reconhecimento em virtude do direito político de cada nação, mas também do direito internacional : «Os interesses do mercado não devem contestar o direito dos agentes da economia social e solidária de tomarem seu lugar». E para que as populações do Sul não tenham ressentimentos em relação aos países do Norte, «é preciso favorecer o surgimento de formas associativas, cooperativas e mutualistas para que estes países possam gerenciar sua economia. De uma certa forma, escolhemos uma estratégia de tensão que conduzirá à guerra.»



Pauline Marois, vice-primeira-ministra e ministra de Finanças, interveio em nome do Governo do Quebec , a título de responsável pela economia social. Ela firmou que se o lugar de eclosão da economia social é local, seu desafio é mundial, e que, neste período de turbulência, mais do que nunca, é necessário contar com a economia social. «Podemos ver que o setor da economia social e solidária possui um potencial real de desenvolvimento e pode contribuir para instalação de

uma prosperidade durável.»

O deputado europeu **Michel Rocard**, ex-primeiro-ministro da França e atual presidente da Comissão de emprego e assuntos sociais no Parlamento Europeu, fez o discurso de encerramento do Encontro. Ele nos deu um texto substancial, do qual reproduzimos os trechos mais importantes.



«Está claro que hoje em dia as iniciativas da economia social não conhecem fronteiras e se desenvolvem em todos os continentes, criando, independentemente de seu porte e mesmo de sua modéstia, uma verdadeira dinâmica local. A partilha de experiências e a constituição de redes ativas são indispensáveis e permitem dar a esta questão, que os detratores durante muito tempo quiseram qualificar de « experimental », uma real dimensão internacional e uma verdadeira legitimidade. (...)

«Se quisermos fazer com que a economia social passe do nível de pequenas experiências ao de uma articulação com o conjunto da atividade econômica – e este é um dos desafios que vocês identificaram para mundializar a solidariedade-, é preciso favorecer o surgimento de reguladores que tendam a melhor administrar o processo. (...)

«...os obstáculos ainda são muitos. Inicialmente, não há reconhecimento, em termos de importância, de parte das instâncias políticas, que se manifesta através da ausência de enquadramento jurídico apropriado. Depois, faltam financiamentos estáveis e a necessidade de uma formação contínua em busca da excelência das prestações de bens e de serviços. (...)

«A economia social e solidária agrupa iniciativas em torno de modos de funcionamento específicos : investir juntos, produzir mais para ir além das fragilidades individuais, auto-organizar-se, articular em prol do global e trabalhar para a criação de redes principalmente em nível internacional. (...)

«Através de nossos trabalhos, vocês abordaram – eu não tenho dúvidas – todos os temas que fazem a força da economia social e solidária. De minha parte, discutirei aqueles que me parecem essenciais.

«Em primeiro lugar, **a economia social e solidária e o desenvolvimento local**. (...) Através das redes que se formam, a partilha das experiências, a busca de indicadores fiáveis que são seguidamente negligenciados, a cooperação Norte-Sul pode ser reforçada. (...)

«O segundo tema que me parece essencial é o do **financiamento e da criação de empresas sociais e solidárias**. (...) Trata-se de (...) criar um ambiente financeiro mais favorável que permita iniciar um projeto coerente. (...) Por isso, atualmente é indispensável desenvolver programas de crédito solidário e apoiar as novas organizações financeiras, tais como as cooperativas de crédito que servem a economia social ou o comércio equitável e as organizações de microfinanciamento que fazem um importante trabalho de apoio. (...)

«Enfim, um terceiro tema importante, a **economia social e solidária e o comércio equitável**. (...) Esta é também uma maneira de privilegiar para instituir uma solidariedade Norte-Sul de longa duração, favorecendo os circuitos e os intercâmbios entre os países ricos e pobres, melhorando os vínculos culturais. (...) um encontro como este permitiu demonstrar que as iniciativas pela economia social e solidária podem ser rentáveis, sem com isso perder seu espírito. Que elas podem incontestavelmente abrir a via a uma outra mundialização, diferente da que foi proposta pelo neoliberalismo. As novas economias, ditas como plurais, existem e clamam pela tradição que elas modernizam. (...)

«Porém, atenção para não querer a qualquer preço substituir um sistema por outro. Eu acredito mais na busca de complementariedades e no necessário esforço pedagógico que começa a dar seus frutos. De qualquer forma, seus trabalhos têm lugar na perspectiva que foi aberta à humanidade em 11 de Setembro de 2001. (...)

«A humanidade não encontrará a segurança, a paz e a reconciliação a não ser que outros valores fundados na ética tornem-se paradigmas organizacionais do sistema. As coletividades não podem sofrer com isso. Muito já se denegriu de nossos Estados que já estão bastante comprometidos com a lógica mercante.

«É exatamente da economia social que surgem a arte respeitosa de produzir a democracia e a dignidade daqueles que contribuem para tanto, e uma seleção de atividades e de produtos que construam um mundo mais generosos, mais solidário e mais seguro da perenidade ecológica. Vocês nada mais são que portadores de tudo isso. Mas isso também os obriga a passarem do testemunho à potência significativa. O tempo de repouso ainda não chegou para os agentes da economia social».



Groupe d'Économie Solidaire du Québec

71, rue De Ramesay, Sorel-Tracy,
Quebec, Canada, J3P 3Z1

Tel. (450) 7467921 #5224

Correio eletrônico: renelachapelle@sympatico.ca

Site web : www.uqo.ca/ries2001